

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Karina Barbosa Bordalo

Interfaces entre trabalho docente e adoecimento

Belém – PA

2014

Karina Barbosa Bordalo

Interfaces entre trabalho docente e adoecimento

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação no
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Estado do Pará.**

Área de Concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Formação de Professores.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Ribeiro Cunha.

Belém – PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação/UEPA

Bordalo, Karina Barbosa

Interfaces entre trabalho docente e adoecimento. / Karina Barbosa Bordalo, Belém, 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

Orientação de: Emmanuel Ribeiro Cunha

1. Professores – Qualidade de vida. 2. Doenças profissionais. I. Cunha, Emmanuel Ribeiro. (Orientador). II. Título.

CDD: 21 ed. 370

Karina Barbosa Bordalo

Interfaces entre trabalho docente e adoecimento

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

Linha de pesquisa: Formação de Professores.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Ribeiro Cunha.

Data da Defesa: 25 /11/2014

Banca Examinadora

_____ - Orientador

Prof. Dr. Emmanuel Ribeiro Cunha
PPGED/CCSE/UEPA

_____ - Membro Interno

Prof. Dr. Pedro Franco de Sá
PPGED/CCSE/UEPA

_____ - Membro Externo

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
PPGED/UFPA

_____ - Membro Externo

Prof. Dr. Renato da Costa Teixeira
PPGESA/CCBS/UEPA

“Dedico este estudo a minha filha, Marina”

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força e fé, sempre!
Que me permitiu tornar-me educadora e pesquisadora,
Agradeço senhor pela sobriedade, paciência e perseverança.
A fé em ti deixou-me inabalável diante de tantos desafios.
Nunca perdi a esperança da vitória!
Obrigada Senhor!

A minha mãe, Cristina, e ao meu pai, Paulo, que tiveram a missão de trazer-me a este mundo.
Eu sou parte de vocês, sou parte do mundo, sou parte de mim.
Obrigada!

Aos meus irmãos, Pedro e Thiago, é isso aí, vamos em frente! Já vencemos!
Amo vocês!

A minha filha, Marina. Perdão pelos momentos em que não compartilhamos brincadeiras e pela atenção que não lhe dei para dedicar-me a este trabalho.
Te amo meu bebê!

Ao meu marido, João Marcelo. Estava escrito, era para ser contigo! Mais uma conquista em que te tenho ao meu lado. Agradeço ao apoio, incentivo e dedicação para que eu concluísse esta etapa. Que seja para sempre...Te amo!

Aos meus familiares, em especial a tia Lisete e madrinha Ruth que sempre estiverem próximas, me incentivando em todos os momentos de minha vida. Muito obrigada!

Aos meus sobrinhos, Gabriel e Domênico, agradeço pelo carinho e sorriso que fortalece.

Aos professores do programa agradeço pelos momentos de aprendizado e experiências, em especial a Profa. Dr. Nazaré Cristina com quem tive a oportunidade de conviver durante o estágio docente e fortalecer o desejo pela prática na docência superior.

Aos servidores da UEPA, em especial aos da Secretaria do Mestrado: Jorginho, Mauro e Raissa que sempre foram atenciosos e gentis.

A SEDUC por conceder a licença aprimoramento, autorizar e disponibilizar dados para este estudo.

A SEMEC Belém por autorizar e disponibilizar os dados para este estudo.

A Secretaria de Educação do município de Belém, Sra. Rosinéli Guerreiro Salame, por sua sensibilidade e contribuição fundamental para a realização desta pesquisa.

A equipe do NAST/DRH/SEMEC Belém pelo trabalho desempenhado que contribuiu para a realização deste estudo.

A Sra. Lúcia Valério Couceiro por grande contribuição para a efetivação desta pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Emmanuel Ribeiro Cunha pela disponibilidade e enriquecedoras contribuições à elaboração deste estudo. Muito obrigada!

Aos professores das bancas de qualificação e defesa: Prof. Dr. Pedro Franco de Sá, Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva e Prof. Dr. Renato da Costa Teixeira pelas valiosas contribuições com seus diferentes saberes para a elaboração deste estudo.

Ao Prof. Dr. Pedro Sá com quem pude contar desde o início deste estudo, sempre incentivando e colaborando para a sua efetivação. Muito obrigada!

Aos amigos que torceram por mim, em especial a Samantha, sempre a amiga certa para as horas incertas; a Ivone, grande amiga e companheira de lutas; a Milena, grande incentivadora e colaboradora desde o início desta jornada.

A 8º turma, colegas do bem que fizeram desta fase ser mais especial, em especial a Sabrina, também colega de trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que torceram por esta conquista.

“O que é, o que é?
Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita, e é bonita
Viver
E não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita
[...]
E a vida, e a vida o que é?
Diga lá, meu irmão, ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão
Hê! Hô!
E a vida ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento? O que é? O que é? Meu irmão
Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo
É uma gota, é um tempo que nem dá um segundo
Há quem fale que é um divino mistério profundo
É o sopro do criador numa atitude repleta de amor
Você diz que é luta e prazer ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer, pois amada não é e o verbo é
sofrer
Eu só sei que confio na moça e na moça eu ponho a força
da fé
Somos nós que fazemos a vida como der, ou puder, ou
quiser
Sempre desejada por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte
E a pergunta roda e a cabeça agita
Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita”.

(Gonzaguinha)

RESUMO

BORDALO, Karina Barbosa. **Interfaces entre trabalho docente e adoecimento**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, 2014.

Nesta pesquisa, o objeto de estudo foi o adoecimento docente. Para isso, identificamos as causas das licenças saúde que levaram os professores da Secretária Municipal de Educação de Belém (SEMEC) a se afastarem do trabalho docente no período de janeiro a dezembro de 2012; realizamos uma pesquisa descritiva qualitativa com ênfase na análise documental das doenças que causaram afastamento por licença saúde com base nos dados do arquivo do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador da SEMEC; e confrontamos com a pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo. Além disso, utilizamos a pesquisa documental como instrumento de elaboração de dados e elegemos como categorias centrais de análise: Trabalho, Trabalho docente, Adoecimento e Educação. Empregamos como aporte teórico sobre o trabalho: Marx (1985, 2007, 2008) e Antunes (2011); sobre o trabalho docente: Araújo (2003); Maués *et al* (2012); Duarte (2011); Tardif e Lessard (2011, 2012); sobre o adoecimento Dejours (1992, 1994) e Assunção (2003, 2005, 2010). Os resultados apontam que entre as principais patologias que causam afastamento por licença saúde são as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e os transtornos mentais e comportamentais, mostrando ainda a relação entre as patologias e o trabalho docente diante de inúmeros estudos e afirmativas da complexidade deste trabalho. Acrescentamos que essas informações mostram as dificuldades que ocorrem no cotidiano da escola, com prejuízos diretos e indiretos, relacionados ao fazer pedagógico, as relações que se estabelecem entre docentes e educandos, a gestão e a organização da educação.

Palavras-chave: Educação. Trabalho docente. Adoecimento.

ABSTRACT

BORDALO, Karina Barbosa. **Interfaces between teacher work and illness**. 103 f. 2014. Dissertation (Master of Education) – State University of Pará, Belém, Pará, 2014.

In this research, the object of study was the teachers illness. For that, we identify the causes of sick leaves which led teachers of Municipal Secretary of Education of Belém (SEMEC) to move away from the teaching work during the period from January to December 2012; conducted a qualitative descriptive research with an emphasis on documentary analysis of diseases that have caused removal by health licenses based on data files from the Center for Attention to the Workers Health of SEMEC; and compared with the literature search on the subject matter. In addition, we used the documental research as a tool for processing data and elected as central analysis categories: Work, Teaching work, illness and Education. We used as theoretical foundation for the work: Marx (1985, 2007, 2008) and Antunes (2011); about the teaching profession: Araújo (2003); Maués *et al* (2012); Duarte (2011); Lessard and Tardif (2011, 2012); on illness Dejours (1992, 1994) and Asuncion (2003, 2005, 2010). The results show that among the major diseases that cause removal by sick leaves are diseases of the musculoskeletal system and connective tissue and mental and behavioral disorders, still showing the relationship between the disease and the teaching work on numerous studies and affirmative complexity this work. Add that these data show the difficulties that occur daily at school, with direct and indirect losses, related to the pedagogical tasks, the relationships established between teachers and students, the management and the organization of education.

Keywords: Education. Teaching work. Illness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
SEÇÃO 1: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DOCENTE E IMPLICAÇÕES A SAÚDE E A EDUCAÇÃO.....	25
1.1 FUNDAMENTANDO A CATEGORIA TRABALHO.....	27
1.2 AS COMPLEXIDADES DO TRABALHO DOCENTE.....	32
1.3 A PERCEPÇÃO DA SAÚDE/ADOECIMENTO DOCENTE.....	41
SEÇÃO 2: DOENÇAS ATRIBUÍDAS AO TRABALHO DOCENTE.....	46
2.1 OS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES AO TRABALHO DOCENTE.....	51
2.2 DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR E DO TECIDO CONJUNTIVO E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES AO TRABALHO DOCENTE.....	55
2.3 PATALOGIAS RELACIONADAS A VOZ E OUTRAS MAIS INCIDENTES AO ADOECIMENTO DOCENTE.....	57
2.4 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ADOECIMENTO.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	81
APÊNDICE A – Quadro Geral dos Agravos.....	82

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre as atuais condições de trabalho dos professores (as) têm apontado para situações emblemáticas que implicam desde o abandono da carreira até o surgimento de problemas de saúde relacionados a um sentimento de sofrimento extremo. Entre elas, citamos a dos autores: Araújo; Paranhos; Assunção; Carlott; Tardife.

Esse contexto é facilmente justificado quando citamos as longas jornadas de trabalho em diferentes turnos e em diferentes instituições de ensino, os baixos salários, as exigências de funções, além da docência como de assistência social e médica, o uso de tecnologias que nem sempre os professores dominam ou foram preparados para utilizar e, muitas vezes, os péssimos espaços físicos das salas de aula, com climatização inadequada, goteiras, iluminação inapropriada, recursos materiais e pedagógicos inexistentes ou insuficientes, o excessivo número de alunos, além da cobrança e responsabilização da sociedade e do governo com os resultados das avaliações da Educação Básica promovidas pelo Ministério da Educação e caracterização da qualidade educacional em que os docentes seriam os principais responsáveis.

A eficiência da escola está atrelada à produção de resultados – pautando-se pela lógica da premiação e da punição como forma de criar condicionamentos satisfatórios quanto à busca de resultados exitosos nas avaliações externas – que responsabilizam a escola e os seus profissionais pela ineficácia e improdutividade manifesta nos resultados aferidos, muitas vezes com consequências sobre os investimentos oriundos dos recursos públicos (CARNEIRO *et al*, 2012). Acreditamos na necessidade de critérios de avaliação externa. Porém, estas não deveriam ser as únicas formas de avaliação e os resultados serviriam para atingir mudanças para melhorar em todos os aspectos necessários ao desenvolvimento da educação. Sejam eles estruturais do ambiente ao sistema de ensino.

Além dessas questões, a escolha equivocada da carreira – quando não se tem aptidão para tal – e a situação da ineficácia organizacional das escolas constitui o combustível necessário aos conflitos existentes e fatores contribuintes ao adoecimento dos professores.

Em consequência disso, estudos concluem que os profissionais, antes vistos como fundamentais para o desenvolvimento do país, hoje, cada vez mais exigem respeito, autonomia, valorização e condições dignas de trabalho, ao mesmo tempo, em que se abstêm, adoecem e buscam formação e qualificação acadêmica e profissional, muitas vezes, por suas próprias condições. Apesar de que muitas Secretarias de Educação como a da Secretaria Municipal de

Educação de Belém possuem formação continuada para os servidores docentes e técnicos em Educação.

Então, os professores se propõem a superar as novas exigências, desafios e expectativas a que são submetidos e são alvo de intenso estresse, provenientes da sua situação laboral.

Sobre o processo de adoecimento dos docentes as variáveis sociais, políticas e culturais das relações estabelecidas no ambiente escolar, além de variáveis especificamente relacionadas aos próprios, tais como: a sua experiência, o seu *status* socioeconômico, as relações de gênero, o tipo de instituição em que ensinam, o cotidiano da escola e da vida pessoal, entre outras, todas precisam ser consideradas para que seja possível caracterizar amplamente as suas condições de saúde. Assim, não levar em conta essas variáveis significa estudar o fenômeno de modo parcial e fragmentado.

Apesar de relevante, a saúde do trabalhador docente e a saúde escolar, ambas relacionadas com a vida cotidiana na escola, as suas regulações e exigências não aparecem no interesse dos governos nas áreas de educação e saúde públicas. As análises econômicas e a relação custo benefício são as variáveis que mais frequentemente se encontra nos estudos oficiais sobre o setor docente (MARTÍNEZ, 2003, p. 79).

Sindicatos que representavam os docentes e setores universitários iniciam estudos sobre a saúde do trabalho e trabalho docente, entre a década de 1970 e 1980, e inclusive do adoecimento psíquico que padecem. Surgem expressões como mal estar docente (*malaise enseignant, teacher burnout*) e a síndrome Burnout¹.

Maués *et al* (2012) discutem na pesquisa, *A Educação Básica no Brasil: o Pará em questão*, sobre as condições de trabalho e a sua relação com a saúde dos professores paraenses que atuam nas redes pública estadual e municipal, revelando que as doenças já especificadas e identificadas em outros estudos, tais como: doenças musculoesqueléticas, problemas de voz, ansiedade e nervosismo, depressão, estresse, parecem se relacionar com as condições precárias de trabalho trazidas por salas de aula com baixa iluminação, sem ventilação e com elevado nível de ruídos.

Na pesquisa Maués *et al* (2012) consideram a hipótese da relação entre a atividade laboral dos professores e seus efeitos na saúde desses trabalhadores a partir da incidência das

¹A **sensação de estar acabado** ou **síndrome do esgotamento profissional** é um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Tem sido descrita como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, envolvendo a representação que a pessoa tem de si e dos outros. O trabalhador que antes era muito envolvido afetivamente com os seus clientes, com os seus pacientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e, em um dado momento, desiste, perde a energia ou se “queima” completamente. O trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, desinteressa-se e qualquer esforço lhe parece inútil (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p.191).

doenças citadas. Além disso, os autores consideram fundamental a observação desses índices por parte dos governos para a efetiva adoção de políticas públicas de valorização e prevenção dos males a saúde docente. Acrescenta-se a isso informações de que mais de 1.300 (mil e trezentos) professores entrevistados em municípios do Estado do Pará revelam a precariedade das políticas educacionais voltadas ao trabalho docente – seja em termos de formação, seja em termos de condições de trabalho.

Assunção (2005), ao discutir resultados de uma pesquisa em que foram analisados os dados apresentados no relatório preparado pela Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Minas Gerais, relativo aos afastamentos do trabalho de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, de abril de 2001 a maio de 2003, relata que os afastamentos foram indicados pelos atestados médicos fornecidos pela própria instituição e os dados obtidos, embora isso não permitisse determinar o número de professores envolvidos, possibilitava o conhecimento do número de afastamentos entre os professores, sendo que os transtornos psíquicos ficaram em primeiro lugar entre os diagnósticos que provocaram os afastamentos. Os indicadores podem ser tomados como pistas sobre situações que merecem maior aprofundamento e análise.

A questão do adoecimento docente, ao longo da história da educação, vem sendo tema de debates e publicações, mas, não encontramos ampla divulgação sobre o fato e políticas públicas para a melhoria da qualidade de trabalho docente. Neste sentido, surgiu o interesse em estudar as *Interfaces entre Trabalho Docente e Adoecimento*, quando estávamos cursando disciplina no programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará, linha de pesquisa Formação de Professores e buscávamos um objeto de estudo. Concomitante a isso, na condição de servidores da Secretaria de Estado de Educação, percebíamos que professores desta Secretaria se afastavam com frequência do trabalho por licença saúde. A partir dessas ocorrências, constatamos a relevância de pesquisarmos sobre o objeto de pesquisa: **adoecimento docente**.

Entendemos também que o estudo é coerente, uma vez que, a linha de Formação de Professores realiza pesquisas no campo da formação inicial e continuada de professores, no contexto brasileiro, especificamente, amazônico, em busca de aprofundamento teórico-metodológico de políticas que contribuam para a construção de projetos alternativos para formação. Nesse aspecto, a pesquisa colabora para a instituição e efetivação de políticas de prevenção e combate aos fatores que contribuem com o adoecimento docente, discutidos no âmbito da formação inicial e continuada de professores no contexto amazônico.

Para conhecermos os objetos que foram pesquisados nos últimos 4 (quatro) anos, realizamos um estudo em dissertações e teses, existentes no Banco de Teses da CAPES, no

período de 2009 a 2012, a partir do assunto “adoecimento docente” e encontramos 13 dissertações. As regiões que produziram dissertações relacionadas ao assunto foram: a região sul que predominou com 06 (seis) trabalhos, a região sudeste com 03 (três) trabalhos, a região norte com 03 (três) trabalhos e a região nordeste com 01 (um) trabalho. As palavras-chave mais utilizadas foram: condições de trabalho, trabalho docente, mal estar docente, saúde docente e formação de professores.

As dissertações problematizaram a centralidade do mundo do trabalho enquanto categoria social fundamental e os nexos entre trabalho saúde e educação, considerando a precarização e intensificação do trabalho, a feminização docente, os motivos que levam o professor a adoecer e as doenças que mais se aproximam da atividade docente. Apresentam como objetivos gerais, em suma, a análise da relação entre o processo de trabalho docente, as condições em que se desenvolve a influência da gestão escolar, o adoecimento docente, o mal estar, o bem estar docente, a síndrome Burnout nos professores docentes, o estresse laboral e as estratégias de enfrentamento dos docentes.

Entre os resultados das pesquisas, aparecem como causa do adoecimento docente: o processo de precarização da profissão, a intensificação do trabalho, os fatores relacionados com o ambiente e a organização do trabalho, a atuação dos gestores das escolas, sendo que as consequências são: alto índice de exaustão, estresse emocional, depressão, ansiedade e despersonalização, associados à baixa realização profissional e a síndrome Burnout.

Também outras doenças compreendidas como multifacetadas: síndrome do escritor, paralisia obstétrica degenerativa, tendinite, hérnia de disco, hipertensão arterial sistêmica, acidente vascular encefálico, câncer de mama, depressão puerperal, são evidenciadas nos trabalhos consultados. A questão do gênero se destacou na feminização da profissão e na sobrecarga de trabalho, acumuladas com as atividades extras-escolares.

Os dados também sinalizam que os professores não estão preparados academicamente e profissionalmente para lidar com situações do ambiente de trabalho, como: a organização do trabalho, as condições do ambiente, as políticas de recursos humanos (salários, atribuições e formas de realização das atividades) e o relacionamento interpessoal, assim como o sentimento de frustração, de raiva, de medo e de desilusão. Os trabalhos em questão estão discriminados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Dissertações. Assunto: adoecimento docente

REGIÃO	ANO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Sul	2009	UNESC	Processo de trabalho docente; adoecimento; feminização docente.
Nordeste	2009	ISC/UFBA	Fatores de risco; apoio social.
Norte	2009	UFPA	Gestão; trabalho; trabalho docente; adoecimento; saúde.
Sudeste	2009	PUC MINAS	Políticas institucionais para o trabalho docente; condições de trabalho; presenteísmo; absenteísmo; adoecimento; mal estar.
Sul	2010	UFPEL	Trabalho docente; síndrome de Burnout; sofrimento pelo trabalho.
Sul	2010	UNIOESTE	Trabalho docente; educação e formação de professores; pauperização; precarização; proletarização.
Norte	2011	UFPA	Trabalho e educação; ensino superior; saúde e trabalho docente.
Sul	2011	PUC RS	Bem estar docente; mal estar docente; saúde docente.
Sul	2011	UFRS	Educação; formação de professores; trabalho docente.
Sul	2011	PUC RS	Escola; saúde docente; estresse profissional; gêneros.
Norte	2012	UEPA	Síndrome de Burnout; estratégias de enfrentamento; condições de trabalho.
Sudeste	2012	UFF	Condições de trabalho; profissionalização docente; mal estar docente.
Sudeste	2012	USP	Saúde dos professores; desescolarização; governamentalidade; abolicionismo escolar.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

As informações apresentadas nos estimularam a conhecer as causas que levaram os professores da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) a se afastarem do trabalho docente no período de janeiro a dezembro de 2012. Pois, situação semelhante possivelmente poderia ser encontrada com relação aos professores dessa Rede de Ensino, devido à constatação de frequentes afastamentos dos professores por adoecimento.

O interesse pelo estudo nos levou a formular a seguinte questão de pesquisa: quais as causas das licenças saúde que levaram os professores da Secretária Municipal de Educação de Belém a se afastarem do trabalho docente no período de janeiro a dezembro de 2012?

Face ao problema anunciado foram nossos objetivos:

- Identificar as causas das licenças saúde que levaram os professores da Secretaria Municipal de Educação de Belém a se afastarem do trabalho docente no período de janeiro a dezembro de 2012.
- Analisar as doenças associadas ao trabalho dos professores.

A questão problema é relevante, em termos científicos, uma vez que conduz à obtenção de novos conhecimentos. Os objetivos consistiram também em levantar elementos que possibilitem novas pesquisas no âmbito do adoecimento docente, para ampliar as discussões acerca das políticas educacionais em defesa do trabalho com qualidade para os docentes.

Para o estudo emergiram as categorias centrais de análise: Trabalho, Trabalho docente, Adoecimento e Educação com aporte sobre o trabalho em Marx (1985, 2007, 2008); e Antunes (2011); sobre o trabalho docente: Oliveira (2004); Maués *et al* (2012), Duarte (2011); Tardif e

Lessard (2009, 2012); sobre o adoecimento Dejours (1992, 1994) e Assunção (2003, 2005, 2010).

Sobre as categorias, Ludke e André (1986, p. 43) citam que “[...] esses aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias. Os dados que não puderem ser agregados devem ser classificados em um grupo à parte para serem posteriormente examinados”.

Consideramos a importância deste estudo para a comunidade acadêmica e para a sociedade quando discutimos a relação entre a educação, o trabalho docente e o adoecimento, visto que isso nos possibilitou levantar elementos para aprofundar os estudos no campo da formação, políticas de prevenção e pesquisas referentes à análise do processo de adoecimento provenientes da ação profissional dos sujeitos, cuja problemática possivelmente acarreta sofrimento aos trabalhadores, prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem na escola, entre outros.

Este estudo diferenciou-se dos demais da região norte e do Estado do Pará por tratar-se da utilização, sistematização e análise de dados secundários originados de um órgão público de trabalho docente. Assim, foi possível realizar a análise das patologias mais incidentes que causaram o afastamento por licença saúde dos professores.

Acreditamos que há sofrimento sempre que nos deparamos com situações para as quais não vislumbramos caminhos, satisfação e acolhimento. Dessa forma, o professor pode sofrer como tantos outros trabalhadores que se veem encurralados pelas novas regras de funcionamento da sociedade, da escola, num mundo do trabalho pautado por políticas que possuem certos privilégios/privilegiados.

Desse modo, as condições e as organizações do trabalho, as questões sociais, os fatores de desgaste físico (como o uso excessivo da voz e as posturas desconfortáveis que lhes causam problemas na coluna) e a ausência de políticas de valorização do magistério, possivelmente acarretam em doenças e, por conseguinte, na precarização e intensificação do trabalho docente.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

As investigações sobre as causas do adoecimento docente foram realizadas por meio de pesquisa documental, visto ser necessário analisar documentos, onde constavam dados sobre os afastamentos dos docentes.

Desse modo, no segundo semestre de 2012, baseados um projeto, iniciamos a pesquisa, considerando os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Pará. Esta que foi criada a partir da Lei n. 400, de 30 de agosto de 1951. Órgão de administração direta do Estado, vinculado à Secretaria Especial de Promoção Social, que tem por finalidade estudar, planejar e executar o controle e a avaliação dos assuntos relativos a política educacional do Governo do Estado; zelar pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal e Conselho Estadual de Educação, além de acompanhar as instituições que compõem a sua área de competência. A Secretaria administra a educação pública em 1.323 escolas do Estado. São 28.305 professores atendendo 794.153 estudantes em todo o Pará².

A Gerência de Assistência ao Servidor (GAS) compõe a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Adjunta de Gestão da SEDUC, sendo o local onde foram coletados os documentos referentes à pesquisa em questão.

Ainda em 2012, solicitamos autorização ao Secretário Estadual e a outras autoridades da SEDUC (referentes a Diretoria de Recursos Humanos e suas coordenações) para ter acesso aos dados necessários para a análise da pesquisa. Com a anuência da Secretaria, conseguimos uma amostragem de um relatório mensal que a GAS estava realizando no segundo semestre de 2012 e que continha os indicadores de algumas variáveis (gênero, idade, período de afastamento, código internacional de doenças e outras) de interesse para a pesquisa e então demos continuidade nas atividades acadêmicas daquele período.

A análise foi realizada com os dados das fichas de licença saúde dos servidores, resultados das perícias médicas encontradas nos relatórios mensais no banco de dados da GAS da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Esses relatórios consistem em quadros sínteses com informações das fichas individuais dos servidores, tais como: nome, vínculo funcional, período de afastamento e Classificação Internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), além do levantamento e estudo das produções bibliográficas sobre o tema, das legislações específicas e pesquisas relacionadas à temática pesquisada.

²Disponível em: < www.seduc.pa.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Porém, ao retornarmos em 2013 para a coleta de dados na SEDUC, após a conclusão das disciplinas do currículo e qualificação do projeto de pesquisa, constatamos as modificações do sistema de arquivamento de dados que não relatavam as informações da perícia médica que continham as variáveis necessárias para o estudo do objeto. Este fato ocorreu, segundo informações dos servidores da GAS, devido as mudanças na organização do trabalho da equipe desta gerência.

No segundo semestre de 2013, buscamos nova autorização junto à Secretaria e esta foi, então, encaminhada a Secretaria Estadual de Administração que, segundo informações de servidores da GAS/SEDUC, teria os dados que buscávamos, pois as perícias médicas dos servidores do Estado são realizadas e arquivadas neste órgão, indo apenas uma cópia da ficha síntese da perícia para a SEDUC.

Porém, este percurso metodológico definido, onde recebíamos a cópia dos arquivos impressos do sistema “SIIG” da Secretaria do Estado de Administração (SEAD), não foi possível realizar um diagnóstico de doenças que poderiam ter relações ocupacionais e identificar as categorias docentes, visto que havia somente os dados gerais dos servidores e CID do Estado do Pará e dos servidores da Secretaria Estadual de Educação como um todo.

Assim, para a identificação dos docentes teríamos que catalogar as informações em caixas arquivo, organizadas em pastas por ordem alfabéticas a cada ano e sem a distinção dos cargos, visto que, dessa forma, é realizado o arquivamento na SEDUC e na SEAD. Isso tornaria o processo de pesquisa inviável devido ao prazo de tempo para a conclusão desta. E por ser uma pesquisa sem colaboradores, imprescindíveis para uma coleta de dados deste porte, consideramos que a amostragem, adquirida anteriormente, não seria significativa.

Então, diante das dificuldades em trabalhar com os dados não digitalizados devido ao montante do arquivo, ao tempo para estudo, coleta dos dados, sistematização e elaboração da dissertação, e ainda por se tratar de uma única pesquisadora, seria inexecutável naquele momento o trabalho de pesquisa com o arquivo da SEDUC Pará.

Com os problemas encontrados em estudar os dados da SEDUC e por ser também servidora da Secretaria Municipal de Educação de Belém em que estávamos na função de direção de uma escola de Ensino Fundamental possuíamos entre outras atribuições encaminhar mensalmente ao Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST/DRH/ SEMEC) os atestados, as declarações médicas e licenças dos servidores numa planilha, além do resumo com as informações relacionadas como o nome do servidor, matrícula, tempo de afastamento, nome do médico e o código internacional de identificação de doenças.

O NAST foi criado em 1999 dentro do Departamento de Recursos Humanos da SEMEC, segundo o Núcleo, com o objetivo de atuar nas questões relacionadas à promoção e prevenção à saúde do servidor, sendo que a partir de 2004 foram acrescentadas ações de formações continuadas com a temática de saúde do trabalhador.

Deparamo-nos, assim, com a possibilidade de estudar os dados da SEMEC/Belém. Ao sermos informados que é traçado um perfil dos servidores com as informações dos atestados médicos e licenças médicas no período de um ano e ao final deste é realizado um relatório sistemático que até 2012, assim como na SEDUC, daria uma visão geral de todos os servidores efetivos afastados por licença saúde. Porém, a Secretaria possui um banco de dados, realizados em programa *Excel*, onde são originados os relatórios mensais das escolas e destes poderia ser possível a análise para responder aos objetivos da pesquisa a que nos propusemos a realizar.

Então, por tratar-se de dados digitalizados, de um sistema público de ensino em que pretendíamos investigar referente ao adoecimento dos docentes da Região Metropolitana de Belém, consideramos, em consonância com o orientador da pesquisa, que seria mais viável o estudo em questão, utilizando os dados da licença saúde dos professores da Secretaria Municipal de Educação de Belém.

A origem da Secretaria Municipal de Educação de Belém deu-se em 1964 com o objetivo de fortalecer os primeiros anos da Educação Básica e a Promoção da Cultura quando foi criada a Fundação Educacional do Município de Belém (FEMB). Após quatro anos, a Fundação se transformou em Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC-Belém). A Secretaria mantém na capital e nas ilhas da região insular do município cerca de 72 mil alunos.

No ano de 2012 possuía 4.658 servidores lotados em 157 espaços organizados em 8 (oito) distritos: Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) e Distrito administrativo da Sacramento (DASAC).

Do Distrito DABEL fazem parte as unidades de ensino: EMEF Ernestina Rodrigues, EMEF Benvinda de França Messias, EMEIF Alzira Pernambuco, EMEIF Francisco da Silva Nunes, EMEIF Miguel P Filho, EMEIF Ruy da S. Britto, UEI Caripunas e a SEMEC/SEDE (não contabilizamos).

O Distrito DABEN concentra as unidades de ensino: EMEIF Alana Barbosa, EMEIF Alda Eutrópio de Souza, EMEIF Augusto Meira Filho, EMEIF Cordolina Fontelles, EMEIF Florestan Fernandes, EMEIF Gabriel Lage da Silva, EMEIF Dep. João Carlos Batista, EMEIF

PROF. José Alves Cunha, EMEIF Maria Amoras, EMEIF Maria Heloísa de Castro, EMEIF Silvio Leandro, EMEIF Walter Caminha, UEI Bengui, UEI Catalina I, UEI Catalina II, UEI Catalina III, UEI Cordeiro de Farias, UEI Maguary, UEI Pratinha, UEI São José.

No Distrito DAENT, encontramos as seguintes unidades de ensino: EMEIF Prof^a Ida de Oliveira, EMEIF Olga Benário, EMEIF Palmira Lins, EMEIF Parque Bolonha, EMEIF República de Portugal, EMEIF Prof^a. Terezinha Souza, UEI Jesus M^a José, UEI Marambaia, UEI Providência, UEI Rosimery Jorge, UEI Wilson Baia.

O Distrito DAICO contém as unidades de ensino: EMEIF Alfredo Chaves, EMEI Avertano Rocha, EMEIF Ciro Pimenta, EMEIF Lais Aderne, EMEIF Liceu Me. Raimundo Cardoso, EMEIF Madalena Raad, EMEIF Ogilvanise, EMEIF Paulo Freire, EMEIF Rita Nery, EMEIF Theodor Badotti, UEI Cohab III, UEI Casa da Amizade e UEI Jaime Teixeira.

O Distrito DAMOS contém as unidades de ensino: EMEIF Abel Martins, EMEIF Ana Barreau, EMEIF Angelus Nascimento, EMEIF Donatila Lopes, EMEIF Lauro Chaves, Madalena Travassos, EMEIF Maroja Neto, EMEIF Remigio Fernandes, UEI Bacuri, UEI Panapana, UEI Maracajá, UEI Rotary Club.

O Distrito DAOUT contém as unidades de ensino: EMEIF Helder Fialho, MEIF Monsenhor, EMEIF Pedro Demo, UEI Itaiteua.

O Distrito DASAC contém as unidades de ensino: EMEIF Almerindo Trindade, EMEIF Amancia Pantoja, EMEIF Comandante Klautau, EMEIF Inez Maroja, EMEIF João Nelson Ribeiro, EMEIF Josino Viana, EMEIF Maria Luiza Pinto Amaral, EMEIF Palmira Gabriel, UEI Erê, UEI Iza Cunha, UEI Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, UEI Sacramento.

Isso totaliza 21 Unidades educativas no DAGUA, 19 no DABEN, 12 no DASAC, 11 no DAICO e no DAMOS, 10 no DAENT e 4 no DAOUT.

Solicitamos via carta registrada no protocolo da Secretaria a coleta de dados no NAST/DRH/SEMEC. Em seguida, a Secretaria requisitou o projeto de pesquisa, o encaminhamento da pesquisadora pelo Programa de Mestrado em Educação da UEPA e um termo de compromisso assinado pela pesquisadora e orientador. Essa fase foi superada, após o atendimento das exigências e com a autorização da Secretária de Educação, Diretoria Geral, Diretoria Administrativa e Diretoria de Recursos Humanos/NAST e, então, passamos a trabalhar nas planilhas.

A partir das planilhas feitas pela equipe do NAST/DRH/SEMEC – que se destaca frente a outras secretarias ao traçar um perfil e orientação para a saúde dos trabalhadores em educação – realizamos a filtragem dos dados necessários à pesquisa, o que foi bastante exaustivo, devido tratar-se de 157 planilhas do *Excel* em que no total somavam 5.441 (cinco mil quatrocentos e

quarenta e uma) linhas relativas ao período de 12 meses e, muitas vezes, com incorreções, despadronização nos preenchimentos e de ausência de informações.

Contabilizamos as licenças saúde dos servidores docentes efetivos com os cargos nominados: professor de estudos adicionais, professor pedagógico e professor licenciado. Após essa fase, foram construídas as planilhas dos dados filtrados que geraram os gráficos, tabelas e índices necessários para fornecer as informações que buscávamos.

O NAST/DRH/SEMEC apresenta relatório anual de análise de atestados médicos somente a partir de 10 (dez) dias e de todos os cargos para visualização do absenteísmo dos servidores, traçar o perfil epidemiológico dos espaços educativos e realizar ações de combate ao adoecimento. No estudo que realizamos, contabilizamos todas as licenças saúde a contar de 1(um) dia o que nos deu um quantitativo de licenças saúde e dias de afastamento, bem diversos do relatório anual do órgão citado.

Dentre os alcances deste estudo, conseguimos analisar os dados do afastamento para licença saúde dos professores efetivos que ingressaram, portanto, na rede municipal de educação via concurso público. Sobre os professores contratados, que inclusive são os que geralmente substituem os efetivos, não foi possível, pois a perícia médica desses profissionais é realizada no INSS.

Os professores efetivos da prefeitura de Belém utilizam o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB) para consultas médicas e tratamentos hospitalares, onde também são realizadas as perícias médicas. A partir dessas informações e dos atestados médicos das escolas é realizado um relatório anual no NAST/DRH/SEMEC.

No estudo que trata de dados relativos ao afastamento por licença saúde de uma categoria profissional, professores, onde os dados adquiridos para sistematização, filtragem, análise e estudo ocorreu no Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (DRH/SEMEC – Belém), consideramos ter tido cuidado ético, visto que garantimos o sigilo das informações pessoais dos servidores. Fato registrado em termo de compromisso assinado com o órgão municipal.

Ressaltamos que as planilhas, criadas a partir dos relatórios do Núcleo, foram analisadas por um período de aproximadamente 15 dias na própria Secretaria, onde tratamos de substituir a identificação nominal dos docentes pelo seu gênero. Por exemplo: onde continha “Marina Belenense Paraense” (nome fictício), substituímos por “F” que significa “feminino” e onde continha “João Belenense Paraense” (nome fictício), substituímos por “M” que significa “masculino”. Além do que, o estudo e o texto elaborado obedeceram às normativas de um trabalho científico e acadêmico.

Para responder aos objetivos propostos, utilizamos a pesquisa descritiva qualitativa com ênfase na análise documental. A pesquisa qualitativa, segundo Ludke e André (1986), permite ao pesquisador conhecer o caráter complexo e multidimensional do fenômeno estudado, possibilitando o contato com os diferentes significados das experiências vividas, de modo a auxiliar a compreensão das relações entre os indivíduos, seu contexto e suas ações. E de acordo com Gil (1999), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

O estudo descritivo foi realizado com os dados secundários referentes ao perfil sócio-demográfico-ocupacional no ano de 2012 dos professores, servidores efetivos, lotados nas unidades educativas da Secretaria Municipal de Educação de Belém. A análise documental deu-se a partir dos agravos que causaram afastamentos por licença saúde com base nos dados do arquivo do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST) da SEMEC e o confronto com a pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo.

Entretanto, a pesquisa de caráter documental não ficou restrita a esses dados. Pois, segundo Lakatos e Marconi (2009), a fonte de coleta de dados da pesquisa documental está restrita a documentos escritos ou não. Ainda, segundo as autoras, entendemos que são documentos: arquivos públicos; publicação de parlamentares e administrativas estatísticas (Senso); Cartas, Contratos, diários, autobiografia, relatos de visitas a instituições, relatos de viagens etc. Ao prosseguirem na mesma discussão, elas classificam como fontes de documentos oficiais: as leis, ofícios, relatórios, anuários, correspondências, alvarás etc.

Utilizamos como fonte de dados o documento escrito, que constitui, conforme afirma Cellard (2010, p. 295-296), “[...] uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador”. No entanto, o autor ressalta ser imprescindível que o pesquisador avalie a “credibilidade” e a “representatividade” no momento da escolha dos documentos, visando, desse modo, a sua validade na pesquisa qualitativa, orientada quanto à importância da análise preliminar dos documentos, para tanto, ressalta que o pesquisador deverá ter “um olhar crítico” sobre a análise que pretende realizar.

Destaca ainda cinco dimensões que envolvem a análise documental, a saber:

a) o **contexto**: trata-se de situar o contexto social no qual um dado documento foi produzido: “[...] o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um dado documento” (CELLARD, 2010, p. 299).

b) o **autor** ou os **autores**: identificar quem são os autores que produziram um determinado documento implica na sua análise, pois, através da identificação destes é possível revelar suas motivações e interesses em elaborarem um dado documento, então,

[...] elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobreviver na reconstituição de um acontecimento. (CELLARD, 2010, p. 300).

c) a **autenticidade** e a **confiabilidade**: o cuidado que o pesquisador deve ter em verificar a procedência do documento a ser analisado torna-se relevante para “[...] assegurar-se da qualidade da informação transmitida” (CELLARD, 2010, p. 301).

d) a **natureza do texto**: considerar a natureza e o suporte em que o documento foi produzido possibilita avaliar que “[...] a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido” (CELLARD, 2010, p. 302).

e) os **conceitos-chave** e a **lógica interna do texto**: a análise documental envolve ainda a compreensão pelo pesquisador dos sentidos dos termos empregados pelos autores de determinado documento escrito “[...] deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados” (CELLARD, 2010, p. 303).

Na escolha de documentos como fonte, cabe ao pesquisador tomar os devidos cuidados na escolha e análise destes, bem como estabelecer uma mediação entre o rigor, a criatividade, a curiosidade no decorrer das etapas que envolvem o processo de análise, a partir da “[...] leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável” do documento (CELLARD, 2010, p. 304).

Dentre os procedimentos para este estudo foi realizado levantamento bibliográfico durante todo o período da pesquisa sobre as doenças que causaram afastamento dos professores da sala de aula, a fim de obter informações alcançadas por outros pesquisadores, assim como referenciais teóricos que fundamentaram a pesquisa e as categorias utilizadas.

A sistematização dos dados foi dada de forma quantitativa, visto que mensuramos estatisticamente as doenças, os tempos de afastamentos e os gêneros; qualitativa, uma vez que trabalharmos com a análise, a interpretação dos dados e o estudo bibliográfico. Esse tipo de estudo permitiu que os dados descritivos da situação objeto de estudo fossem situados num determinado contexto social.

O método de pesquisa selecionado teve como aporte a utilização de dados quantitativos, a fim de enriquecer as constatações obtidas, sendo que esses dados foram utilizados para tentar

compreender a perspectiva e a situação dos agentes envolvidos no fenômeno. Além disso, a pesquisa qualitativa, selecionada para este estudo a partir da pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1999, p. 65), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, consideramos que este método prever a análise de materiais da literatura que ainda não tiveram sua interpretação exaurida ou que podem ser reavaliados com objetivo de novos ou complementares posicionamentos hermenêuticos.

Com base no exposto, esta dissertação organiza-se em duas seções, cuja estrutura está esboçada no Sumário, a saber:

Na **SEÇÃO I**, intitulada **O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DOCENTE E IMPLICAÇÕES A SAÚDE E A EDUCAÇÃO**, apresentamos as discussões que subsidiam o objeto de estudo desta pesquisa, onde fundamentamos a categoria trabalho e problematizamos as complexidades do trabalho docente e a relevância da saúde/ adoecimento docente. A fundamentação teórica desta seção baseia-se em Marx (1985, 2007, 2008); Antunes (2011); Oliveira (2004); Maués *et al* (2012); Duarte (2011); Tardif e Lessard (2011, 2012), entre outros.

Na **SEÇÃO II**, apresentamos a análise e a interpretação dos dados resultantes deste estudo a partir das **DOENÇAS ATRIBUÍDAS AO TRABALHO DOCENTE**, com destaque aos transtornos mentais e comportamentais; as doenças osteomusculares, além de patologias, como as relacionadas a voz e outras mais incidentes que possam ter implicações ao trabalho docente e ao contexto da Educação neste processo de adoecimento. Para isso, utilizamos o aporte teórico de Dejours (1992, 1994); Assunção (2003, 2005, 2010) e outros.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, apresentamos algumas conclusões acerca deste estudo que expressa às interpretações acerca do objeto estudado, posicionando-nos a partir de cada sessão apresentada no texto. Em seguida, **REFERÊNCIAS**, onde informamos as fontes de consulta utilizadas como aporte teórico nesta pesquisa. Além disso, temos o **APÊNDICE**, onde consta a tabela de todos os CID’s encontrados, o quantitativo das licenças saúde e o quantitativo de dias que foram originados do levantamento de dados que realizamos.

SEÇÃO 1: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DOCENTE E IMPLICAÇÕES A SAÚDE E A EDUCAÇÃO

Nesta seção, abordamos os fundamentos da categoria trabalho, as complexidades do trabalho docente e a percepção da saúde, adoecimento.

Para tanto, informamos que etimologicamente a palavra docente tem origem no latim *docere* que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender, sendo que o seu registro na língua portuguesa é datado de 1916. Por isso, considerado recente nos discursos educacionais.

[...] no sentido formal, docência é o trabalho dos professores; na realidade estes desempenham um conjunto de funções que ultrapassam a tarefa de ministrar aulas. As funções formativas normativas convencionais, como ter um bom conhecimento sobre a disciplina e como explicá-la, foram tornando-se mais complexas com o tempo e com o surgimento de novas condições de trabalho. (VEIGA, 2012, p. 24).

O professor, que consideramos o docente na sua atividade laboral, agrega novos elementos que tornaram esta tarefa ainda mais difícil. Isso pode ser constatado na legislação. Pois, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- I- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V- Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desempenho profissional;
- VI- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

As pesquisas sobre trabalho docente têm evidenciado que, nas últimas décadas, houve mudanças nos sistemas de ensino resultantes da contra reforma do Estado nos anos 1990 no Brasil e no novo ordenamento jurídico educacional que teve como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

As reformas educacionais dos anos 90 atuaram fortemente sobre a organização escolar, trazendo novas formas de ensinar e de avaliar. [...] Essas mudanças, por sua vez, repercutem diretamente sobre a organização do trabalho escolar, pois exigem mais tempo de trabalho do professor, tempo este que, se não aumentado na sua jornada objetiva, acaba se traduzindo numa intensificação do trabalho, que o obriga a responder a um número maior de atividades em menos tempo. (OLIVEIRA, 2002, P. 132)

Nesse novo cenário, o professor é apresentado na condição de protagonista do processo de melhorias e desenvolvimento da sociedade através do processo de ensino. Isso traz como

consequência para esse profissional, maior responsabilidade pelos resultados obtidos e a intensificação de seu trabalho.

A LDB também aponta no art. 67 que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhe as condições adequadas de trabalho. Fator relevante ao processo de ensino aprendizagem, segundo pesquisas da área.

“A atividade docente é uma prática social complexa que combina atitudes, expectativas, visões de mundo, habilidades e conhecimentos [...]” (D’ ÁVILA; SONNEVILLE, 2012, p. 34) Por isso, precisamos compreender a importância do papel da docência e de seus entraves que podem prejudicar a atuação do docente em busca da formação, reflexão e crítica.

Para essa compreensão, a escola tem na organização do trabalho o impacto nos profissionais docentes provenientes da evolução histórica. Logo,

[...] a escola tal qual a conhecemos hoje é o produto de uma evolução histórica bastante longa, que se iniciou aproximadamente no século XVI com as escolinhas de caridade e os primeiros colégios. Mas, é somente no fim do século XVIII que essa nova organização social se consolida e se difunde realmente, enquanto os séculos XIX e XX garantem sua expansão pelo viés da estatização, da obrigatoriedade escolar e da democratização do ensino. (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 56).

Segundo Tardif e Lessard (2012, p. 59), alguns fenômenos sociais foram tão massivos, como a industrialização e a urbanização, porque modificaram as estruturas familiares em vigor e levantaram problemas novos relacionados à infância. As ideias de controle disciplinar e de moralização das crianças podem ser interpretadas como a imposição da nova ética do trabalho capitalista às crianças das classes proletárias. E com isso, valores, disciplina e a organização do trabalho, dentre outras necessidades sociais, configuram a escola como a primeira organização científica do trabalho. Assim,

[...] é somente no final do século XIX e, sobretudo, no século XX que a docência começa lentamente a assumir a configuração que conhecemos hoje, quando a instrução se torna obrigatória e as classes e escolas se unem para estabelecer as bases de um sistema mais considerável e também mais estável. (TARDIF; LESSARD, 2012, p.62).

A realidade social se modifica nas esferas: econômica, política, social e cultural pela ação do homem. A globalização e as transformações mundiais dela decorrentes contribuíram para que desigualdades de toda espécie tenham se acentuado ou surgido. A escola faz parte desta realidade e o professor como sujeito faz parte disto.

[...] a escola, como parte dessa sociedade capitalista, também foi atingida, como sinalizam vários estudos na área da precarização do trabalho docente no contexto da globalização. Entre outros desafios que essa realidade rebelde coloca para a educação, situamos a importância de desenvolver pesquisas no sentido de apreender o processo de emergência de novas modalidades sociais de produção de identidades e de subjetividades. (CORRÊA, 2012, p. 57).

Então, a história dos professores, nessa perspectiva, também se compreende pela realidade social e as diferentes esferas. Assim, o estudo do trabalho docente e adoecimento que elegemos perpassam pela constituição do sistema capitalista.

Diferentemente de outras profissões um professor trabalha com e sobre seres humanos. Por isso, “[...] muitos estudos dedicados à questão indicam que o trabalho docente é uma tarefa de enorme complexidade que depende do contexto (das coletividades, dos indivíduos etc.), dos objetivos determinados pela organização e dos meios de que disponha para atingi-los” (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 76).

As problemáticas em torno do trabalho escolar, segundo apontam as pesquisas, são constituídas pelas tarefas dos professores em relação aos alunos. O que constitui a tarefa fundamental na escola com crescentes desafios das demandas sociais, culturas e econômicas.

[...] a partir do começo dos anos 80 e ainda mais fortemente no início dos anos 90, as ondas de restrições orçamentárias para a educação atingiram duramente os professores, que tiveram de enfrentar desafios e problemas sempre mais numerosos com recursos menores. Em vários países, os docentes se sentem muitas vezes isolados, esgotados e por toda parte a sua mensagem é a mesma: eles não têm tempo para fazer tudo e o seu nível de stress aumenta diante dos múltiplos obstáculos e dificuldades que encontram em seu trabalho diário. No plano quantitativo (horas, semanas de trabalho, números de alunos por grupo, etc.), a tarefa dos docentes não variou desde os anos 1960, mas as coisas são diferentes no plano qualitativo, pois vários fatores contribuíram para torná-la mais pesada e complexa. Por exemplo, o grupo de alunos são mais heterogêneos do que antes e suas necessidades são bem mais diversificadas. (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 10).

De fato, a afirmativa de Tardif e Lessard (2012) também consta de forma equivalente em outras pesquisas que incluem o Brasil, o estado do Pará e a cidade de Belém que não estão estranhos a esta realidade.

Na subseção a seguir, fizemos algumas considerações sobre o pensamento de Marx que segundo Tamez e Pérez (2009) tem sua importância destacada para o entendimento da complexidade do sistema e da relação de trabalho. Além da constituição do ser, em que o trabalho seria elemento essencial na dinâmica das relações sociais como ser ativo, social e histórico.

1.1 FUNDAMENTANDO A CATEGORIA TRABALHO

Em um contexto mais amplo e diante da atual flexibilização laboral, o debate sobre a escola pública e o controle do processo de trabalho pelos docentes têm sido um campo de tensão e ação tanto para os estudos acadêmicos quanto para os sindicatos e movimentos sociais.

As ideias apontadas por Marx (2008) sobre a categoria trabalho nos ajudam a compreender as transformações históricas, políticas e econômicas na sociedade capitalista, sendo o trabalho a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza. O trabalho contextualizado seria, assim, na realidade da nossa sociedade capitalista, segundo Marx (2008), produtivo e de valor necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador, além de mais valia, ou seja, o valor excedente (tempo de trabalho produzido excedente) do qual se originam os lucros do capital. Devemos considerar, então, o trabalho como produto de valor, sendo estes materiais ou não.

Nesse sentido, a relação do homem com a natureza que tem por fundamento o trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, como também lançam as bases para que se construam como indivíduos. Diferenciando-se da natureza, por serem seres que possuem a capacidade de idealizar, de serem conscientes e de objetivar. Desse modo, o homem consciente é capaz de refletir sobre a realidade e transformá-la pelo trabalho, cabendo a este superar a alienação proveniente do domínio do capital.

Para Marx (2008), a base da sociedade são as condições materiais, sendo que, a partir delas, se constrói a sociedade e, ao se compreender a existência dessas condições, é que se consegue transformá-la. Assim,

[...] para Marx, a base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem, está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade. (ANDERY, 2012, p.399).

O trabalho seria a fonte de humanização do ser humano, o ser social é que determina para Marx (2008) a consciência, adquirindo primazia sobre a consciência, sendo esta determinada pela matéria. A concepção materialista de Marx (2008) carrega em sua base uma concepção de natureza e da relação do homem com essa natureza. Diferencia-se da natureza por modificá-la e por produzir além do que necessita; é também diferente das outras espécies animais, sendo esta uma atividade consciente. A natureza humanizada é assim construída pelo trabalho, uma atividade prática e consciente do ser humano. Logo,

[...] podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou pelo se queira. Mas o homem mesmo se diferencia dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se acha condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (ANDERY, 2012, p.403).

Marx (2008) irá compreender como contraditória a relação de propriedade privada, trabalho, capital, sendo o trabalho uma atividade vital. Logo é:

[...] qualitativamente como potencial, uma atividade vital que expressa os poderes e capacidades do homem. O trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando, assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2008, p.202).

O trabalho teria uma conotação positiva, no entanto quando o processo de trabalho ocorre como fim na relação de exploração do capitalista, onde o trabalhador aliena o produto e a sua força de trabalho, este se torna negativo. Manacorda (1996) traz esta temática:

[...] a expressão trabalho tanto significando a atividade do trabalhador quanto indicando o produto dessa atividade, não goza, como se diria, de boa reputação nos escritos marxianos e não há, ou pelo menos nem sempre, nem automaticamente, um significado positivo em Marx, que até reprovou a Hegel por só ver-lhe o aspecto positivo. Desde o início – e veja-se, a propósito, os Manuscritos de 1844, nos quais está contida essa crítica a Hegel – “trabalho” é, em Marx, termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina “economia política”, ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa. (MANACORDA, 1996, p.44).

Marx (2008) analisa explicitamente a forma antinômica do trabalho. Entende que haveria então, uma contradição dialética inerente ao processo de trabalho: miséria absoluta enquanto objeto e possibilidade absoluta de riqueza, enquanto sujeito e atividade.

O autor considera em *A Ideologia Alemã* (2007) que “o trabalho” seria a coisa principal, o poder acima dos indivíduos nas condições historicamente determinadas da divisão do trabalho, nas condições descritas na economia política de alienação do trabalhador, sendo a ele prejudicial, nocivo, estranho ao homem e a natureza, a consciência e a vida. “[...] A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política” (MANACORDA, 1996, p. 15).

As mudanças ocorridas atingiram os trabalhadores, na sua materialidade, subjetividade e forma de ser. Entre as mudanças e transformações ocorridas nos anos oitenta citamos as questões tecnológicas,

[...] em uma década de salto tecnológico a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital... O Fordismo e o Taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) [...]. (MANACORDA, 1996, p.15-16).

Surgem, assim, novos processos de trabalho e formas transitórias de produção o que reflete nos direitos do trabalho em que “[...] direitos e conquistas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção [...]” (MANACORDA, 1996, p.16). E com isso, a intensificação da exploração do trabalho.

A relação de trabalho, estabelecida no Toyotismo, de envolver o trabalhador num ideário de “espírito”, de “família” Toyota é de mais intensidade do que a dada na relação de trabalho fordista. Assim, “[...] A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos Manuscritos, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa [...]”. Por isso, “[...] Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção integral do fordismo, do “novo tipo humano”, em consonância com o “novo tipo de trabalho e de produção”, o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade”. Em diversos países, as transformações nas relações de trabalho, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc., afetaram o ser do trabalhador. A sua representação, por meio dos sindicatos, também é modificada, pois o sindicalismo e os movimentos sociais classistas dos anos 1960/70 cedem às ações de defensiva frente à onda privatista neoliberal (ANTUNES, 2011, p.40).

Nesse contexto, “[...] André Gorz acrescenta que 35 a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, que Gorz denominou de proletariado pós-industrial” (ANTUNES, 2011, p.50). Assim, os países de capitalismo avançado aumentavam o desemprego na indústria tradicional e a subproletarização, com a expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários e subcontratados. Outra alteração foi a inserção da mulher no mercado de trabalho, em funções antes exclusivamente masculinas, como nos setores de microeletrônica e serviços e o intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes do setor de serviços.

Além dessas situações, Antunes (2011) afirma que, paralelamente a redução quantitativa do operariado industrial tradicional, ocorre uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalhador, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação.

A primeira seria a redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante que oferece como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (2008) chamou de **supervisor e regulador do processo de produção**. Porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital.

A divisão técnica do trabalho determina a divisão da sociedade em classes, como a separação do trabalho humano intelectual do manual, que dimensiona o processo produtivo e o próprio trabalhador numa unilateralidade. Marx (2008) indica que seria preciso romper com o capitalismo, com a propriedade privada, eliminando o processo de alienação, apropriando-se

homens e mulheres de sua efetiva essência, pois enquanto permanecer o modo de produção capitalista, continuará a relação trabalho – valor.

Manacorda (1996), ao citar os resultados da abolição da propriedade privada, nos *Princípios* de Engels (1948 apud MANACORDA, 1996, p. 18), aponta: “[...] O desenvolvimento onilateral das capacidades de todos os membros da sociedade, mediante a eliminação da divisão do trabalho até agora existente, mediante o ensino industrial [*industrielle*], mediante o alternar-se das atividades [...]”. Marx e Engels, desde o início dos seus estudos da economia política, afirmam a necessidade de eliminar a propriedade privada, a divisão do trabalho, a exploração e a unilateralidade do homem, para atingir um pleno desenvolvimento das forças produtivas e a recuperação da onilateralidade (MANACORDA, 1996).

Manacorda (1996) resume que se torna necessária e inevitável ao ser humano a apropriação das forças produtivas, um domínio total do homem sobre a natureza, na qual há também o desenvolvimento de uma totalidade de faculdades e ainda afirma que, segundo Marx, todas as atividades de vida plena humana estão, pois, ligadas ao problema do tempo de trabalho, que o capitalista tende a prolongar em benefício próprio.

Assim, é a ideia de Marx (2008) de que a divisão do trabalho ou a propriedade privada tornou-nos obtusos e unilaterais, constatando na definição histórico-dialética da divisão do trabalho como “[...] a expressão econômica da sociabilidade do trabalho na condição *histórica* da alienação humana”, isto é da propriedade privada (MANACORDA, 1996, p. 22).

Nesta perspectiva, para Marx (2008), o ser humano deveria vir a tornar-se “onilateral”, o homem se apropriaria de suas qualidades humanas suprimidas com a alienação do seu trabalho pelo capital. O onilateral estaria vinculado à vida na fábrica, trabalhadores livremente associados teriam acesso aos bens materiais e espirituais dos quais têm sido excluídos em função da divisão do trabalho. Enfim, o homem onilateral deixaria de ser objetivo para vir a tornar-se ser de *práxis* e sujeito da sua própria história.

Marx (2008) demonstra que a liberdade na sociedade capitalista é limitada, assim como o domínio do capital sob o trabalhador também apresenta limites, há, então, uma contradição entre liberdade e não-liberdade que domina a sociedade capitalista.

Assim como o capitalismo não é o reino da liberdade como afirmam os liberais, presos as aparências do mercado, tampouco é o reino do absoluto domínio do capital sob os homens. O capitalismo é constituído sob contradições que se forjam a partir da própria mercadoria, a contradição entre liberdade e não-liberdade é apenas mais uma.

O domínio do capital afasta os trabalhadores da sua condição humana, aproximando-o da exploração, a condições de necessidades corporais, reduzindo-se ao ter, ao invés do ser.

Entendemos que o trabalho humano consiste na mediação entre o homem e a natureza com vistas à produção material ou não. Esta ação humana diferencia-se da de outros seres vivos porque modifica a natureza de modo intencional e objetivo por meio do trabalho, onde este passa a ter “valor de uso” para satisfazer a sua própria necessidade.

Freire (2013) afirma que não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. E dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é *práxis*, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito todos os homens.

Assim, a palavra como sinônimo de diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo. O professor na sua relação de trabalho tem o poder da palavra com a qual exerce a sua *práxis* que é capaz de transformar a sociedade. “[...] O diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2013, p. 109) em que o refletir e o agir de seus sujeitos em que se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos. A relação educacional baseada em temas geradores possibilita, neste sentido, a dialogicidade.

“[...] O mundo humano, que é histórico, se faz, para o ser fechado em si, mero suporte. Seu contorno não lhe é programado, mas estimulante” (FREIRE, 2013, p. 123). Enquanto que o animal é a-histórico não lhe permite assim assumir a vida e, porque não a assume, não pode construí-la. E se não constrói, não pode transformar o seu entorno (FREIRE, 2013). Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que é sujeito da história na medida em que constroem, modificam num contexto socialmente definido, também são sujeitos da história quando sofrem a sua influência.

Após essas considerações, na próxima subseção serão pontuadas algumas das complexidades do trabalho docente, provenientes das diversas questões em que permeiam a sua função/ação.

1.2 AS COMPLEXIDADES DO TRABALHO DOCENTE

O docente como ser humano é construtor de si mesmo e criatura da história. Além disso, possui um papel específico na relação pedagógica, sendo esta a ação docente. Exerce papel de mediador social, visto que “[...] A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte e símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores” (TARDIF;

LESSARD, 2012, p.35). Portanto, para compreendê-la deve-se levar em conta o fato de que o objeto do trabalho é baseado na relação humana.

Assim, para a análise do trabalho docente, a evolução histórica do desenvolvimento desta profissionalização construída na sociedade capitalista e a sua especificidade de não ter o produto material como resultado e sim a interação e a atividade empreendida na vida social, no cerne da organização educativa, acarreta a necessidade dos saberes pedagógicos, qualificação docente, dentre outros fatores, como: carreira, condições de trabalho e gestão da educação.

Para trabalharmos o contexto em que se insere o estudo em questão, foi necessário compreendermos os aspectos do seu desenvolvimento histórico, visto que a partir do primeiro período do século XIX (até 1948) constatamos que o capitalismo expandiu-se nos países industrializados e teve um impulso nos países não desenvolvidos, além da primeira grande crise nos países desenvolvidos. Logo,

[...] esse período assistiu à expansão e ao crescimento das forças produtivas, da economia e, portanto, da riqueza, associados ao imenso avanço da ciência. De par com o crescimento econômico e com o crescimento da riqueza, cresceu também a classe trabalhadora: cresceu em número, cresceu em pobreza e cresceu em consciência política (como atesta o crescimento de propostas de cunho socialista). (ANDERY, 2012, p. 393).

Foi característica desse período, a consciência da classe trabalhadora e da burguesia de que suas propostas são divergentes, daí o surgimento das ideias de cunho socialista, enquanto a burguesia buscava uma resposta menos radical a crise do capitalismo. No segundo período do século XIX, houve a expansão do sistema capitalista em nível mundial, governos de cunho nacionalista e liberal, avanços na organização e propostas da classe trabalhadora.

Na década de 1960 se registrou alterações que culminariam no que seria vivenciado nas duas décadas seguintes. Assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista. E na década de 90 é demarcada uma nova realidade: o imperativo da globalização. Por isso:

[...] na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas. Diante da constatação de que a educação escolar não consegue responder plenamente às necessidades de melhor distribuição de renda e, por extensão, saldar a dívida social acumulada em décadas passadas, a crença nessa mesma educação como elevador social é arrefecida. (OLIVEIRA, 2006, p.3).

O processo de trabalho do docente não escapou a essas modificações que, desde uma perspectiva geral, estão determinadas pela mudança na atribuição do papel social da educação,

cujo sentido emancipador perdeu valor ante seu novo objetivo: ser um espaço “privilegiado” da reprodução do capital e ferramenta da expansão capitalista (TAMEZ; PÉREZ, 2009).

[...] no caso brasileiro, a constituição do magistério deve ser entendida no âmbito da difusão, entre nós, do modelo escolar de educação. Esse processo foi intensificado a partir do século XIX, criando os espaços de atuação docente e as condições de existência e desenvolvimento do grupo. Ao mesmo tempo, a escola valeu-se da ação da categoria para legitimar a instituição e o trabalho nela realizado. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.15).

Os professores eram tidos como aqueles que consolidariam a escola moderna e as mudanças a ela provenientes. As escolas funcionavam em locais improvisados, sendo alugados, mantidos e limpos pelos professores. Eram “[...] instituições intimamente articuladas ao professor, à sua autonomia, às suas possibilidades e decisões” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.15). O funcionamento das escolas era controlado por inspeções, mapas, frequências, entre outras obrigações. Posteriormente, alterações relativas ao controle e normatização do magistério são perceptíveis a partir da criação dos grupos escolares no final do séc. XIX.

Nessa perspectiva, a atividade laboral do professor insere-se como parte da constituição do sistema capitalista, como também está submetida à dinâmica da organização produtiva, do sistema político e social, do conhecimento da tecnologia, do gênero entre outros fatores. Então, a docência pode ser analisada como qualquer outro trabalho humano. Tardif e Lessard (2012) afirmam que para descrever e analisar as atividades materiais e simbólicas dos trabalhadores, estas devem ser realizadas nos próprios locais de trabalho, sendo que deve-se levar em conta a totalidade dos componentes do trabalho, ou seja, as redes, as escolas, a organização, os sujeitos, os objetos, os objetivos, os processos, os conhecimentos, as tecnologias e os resultados.

Ao compor a totalidade do trabalho capitalista, permeado por suas contradições e marcado pela dupla face dessa atividade, a relação dialética entre valor de uso e valor de troca faz desta atividade humana algo que pode levar a autorrealização, à humanização e ao prazer ou à desumanização, a não realização e ao sofrimento. No capitalismo, onde predomina a produção de valor de troca, o trabalho, especificamente o trabalho docente, pode levar a comportamento de resistência ou desistência citam Kuenzer e Caldas (2009).

Neste sentido, Oliveira (2003) afirma que o movimento das reformas na América Latina, nos anos 1990, traz consequências significativas para a organização e a gestão escolar, resultando em uma reestruturação do trabalho docente podendo até alterar sua natureza e definição.

O professor sujeito, trabalhador docente, vê-se então com um caráter inconcluso de sua identidade e sujeito trabalhador que então começa a tomar consciência de sua condição de assalariado, desvalorizado e desqualificado e parte de uma mão de obra de setor de serviços.

No entanto, o professor continua sendo profissional, por seu conhecimento específico em relação ao seu trabalho, apesar da desqualificação a que padece e do empobrecimento pela perda do valor de seu trabalho e o déficit aquisitivo do salário.

O professor precisa possuir conhecimentos e habilidades suficientes, compreensão da sociedade em que atua, tendo responsabilidade da ação em se faz necessária com o compromisso político, conhecendo e desempenhando a competência científica para o qual a sua atividade lhe exige, utilizando técnicas e recursos apropriados. Além do envolvimento afetivo que a ação de ensinar necessita. Portanto, o professor tem na ação docente grande responsabilidade que lhe exige compromisso político e competência técnica.

A questão da desvalorização salarial dos docentes configura como fator de diversas pesquisas como determinante para que o docente necessite acumular carga horária de trabalho e vínculos institucionais o que contribui com a intensificação e desgaste físico e emocional.

De acordo com dados da UNESCO (2008), o Brasil é o terceiro país, membro dessa entidade que paga os piores salários aos trabalhadores da educação. Disso resulta a necessidade dos professores trabalharem em mais de uma escola, de modo a suprir as suas necessidades materiais, o que justifica os acúmulos de turnos de trabalho em diferentes instituições. Além do mais, existem também as pressões exercidas pela necessidade de usar as novas tecnologias, quase sempre sem que haja uma preparação prévia dos docentes.

As atuais condições de trabalho do professor são citadas em diversas pesquisas como causas de um quadro problemático que implica desde o abandono da carreira até o surgimento de problemas de saúde relacionados a um sentimento de sofrimento extremo. Essas condições perpassam pela quantidade de alunos por turma, espaço físico da sala de aula, iluminação, climatização, condições salariais, exigências e cobranças para além do ensinar, como a participação no Projeto Político Pedagógico, Conselhos Escolares, entre outras responsabilidades e fatores.

Assunção (2005), a partir de pesquisas sobre doenças e afastamentos de professores em municípios da Bahia e Belo Horizonte, traz como consideração a inadequação das condições de trabalho dos docentes, uma vez que a noção desta inadequação se encontra no eixo da análise dos problemas de saúde relatados nas pesquisas.

Nesse contexto, o caráter de trabalhador intelectual está passando por um período de resignificação, onde a sua própria prática educacional e política tem interferência e permanece como campo político e de conscientização, pois a educação pública ainda persiste. Inclusive, percebemos divergências em relação ao conceito que define a docência enquanto profissão.

[...] as profissões são ocupações que requerem um conhecimento especializado, uma capacitação educativa de certo nível, controle sobre o conteúdo do trabalho, organização própria, autorregulação e normas éticas. (PINI, 2010).

A docência como profissão possibilita inúmeras possibilidades de exercê-la, mas acreditamos que para isso o professor deva ter a formação acadêmica, a titularização e o conhecimento característico e específico, que inclui as relações interpessoais de cuidar e educar para atuar de acordo com o nível de ensino para o qual está habilitado, estabelecendo ação direta na relação de ensino e aprendizagem junto ao discente.

Em contraposição a essa ideia, Oliveira (2010) define o trabalho docente:

[...] o que define o trabalho docente não são a formação específica e o estatuto profissional ou certificado que foi conferido ao sujeito, mas seu labor, sua experiência no processo educativo no lugar de quem educa ou contribui para. (OLIVEIRA, 2010).

Tardif e Lessard (2012) citam dados da Unesco (1998) que indicam a existência de cerca de 60 milhões de professores no mundo trabalhando em condições muito diferentes, segundo os países e as culturas. Então, longe de ser profissão periférica ou secundária, ocupa lugar central na organização socioeconômica do trabalho tanto por causa de seu número quanto de sua função.

Esses autores citam que o trabalho docente é extremamente relevante para a economia na sociedade moderna avançada e se constitui em uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho e que, no Brasil, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) existem perto de 2,5 milhões de professores atuando nas escolas primárias e secundárias das redes pública e privada. Entretanto, é preciso considerar que uma grande parte tem mais de um emprego e precisam cumprir dois ou três contratos semanalmente para receber um salário decente (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 22).

Fato também ainda percebido entre os professores no Estado do Pará e no município de Belém, onde a quase totalidade trabalha em média de 2 (dois) a 3 (três) turnos por dia. Maués *et al* (2012) realizou um estudo nos municípios de Altamira, Belém, Concórdia do Pará, Currealinho e Marituba e concluiu que mais da metade dos professores trabalham em mais de uma unidade educacional, sendo que 26,8% estão na Rede Estadual de Ensino, com o agravante de que 19% dos professores entrevistados trabalham em três, quatro ou mais unidades educacionais (MOTA JR.; TAVARES, 2012, p. 142).

Para a análise do trabalho docente, as pesquisas consideram ainda a evolução histórica do desenvolvimento da profissionalização docente construída na sociedade capitalista e a sua especificidade de não ter o produto material como resultado e sim a interação e a atividade

empreendida na vida social, no cerne da organização educativa, o que acarreta a necessidade dos saberes pedagógicos, qualificação docente, dentre outros fatores, como: carreira, condições de trabalho e gestão da educação.

[...] a partir da década de 1940 em São Paulo e até a década de 1950 para a maioria dos estados brasileiros, houve um acréscimo acelerado da demanda por escolarização, levando para a escola primária um contingente de crianças que até então não frequentava. Isso levou a uma precarização das condições de trabalho dos professores desse nível de ensino nas áreas urbanas, nas quais a organização em Grupos Escolares havia proporcionado condições para um trabalho pedagógico mais sistemático. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.80).

A ampliação do sistema de ensino não garantiu o investimento correspondente em políticas públicas de favorecimento a qualidade como prevista na nossa Constituição. Na realidade, o objetivo educacional seria limitado pela quantidade de recursos destinados as escolas, acarretando na precariedade quanto às condições de trabalho devido a prédios deteriorados, ausência de materiais didáticos, baixos salários dos professores, superlotação das classes e, além disso, novas atribuições são dadas aos educadores.

[...] assim, o professor diante das várias funções que a escola pública assume, tem de desempenhar papéis que estão para além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar as funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. (OLIVEIRA, 2003, p. 32-33).

No contexto em que o acesso à escola não é negado, no entanto em que a sua função social está além do ensinar e aprender, o professor precisa dominar práticas e saberes alheios a sua profissão, somados a imagem transmitida pelos governos de que os professores através da educação são os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema de ensino. Isso gera o sentimento de desprofissionalização, de perda da autonomia e desvalorização do saber docente, o que contribui para o mal estar desses profissionais.

Oliveira (2003) afirma que o movimento das reformas na América Latina nos anos 1990 traz consequências significativas para a organização e a gestão escolar, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo até alterar sua natureza e definição. Ao relacionar o capitalismo e a globalização, temos que:

[...] no momento em que a globalização ajusta o mundo em uma etapa de acumulação capitalista, sem excedentes para o Estado do bem estar, que se modifica de forma substantiva a relação com o trabalho e seu valor/salário, sua organização e regulação, é quando os docentes tornam explícita sua condição de trabalhadores assalariados como identidade, como sujeitos históricos. (MARTÍNEZ apud OLIVEIRA, 2003, p.76).

A profissão docente, assim inserida no contexto da globalização, carrega uma necessidade histórica de construção social de identidade. Isso constatado nos currículos de formação acadêmica, assim como nas diferentes competências impostas à sua prática profissional as divergências ainda existentes.

[...] nenhuma categoria profissional pode responsabilizar-se por demandas tão vastas como essas que chegam às salas de aula. A indeterminação e a gravidade dos problemas apresentados ultrapassam tanto a formação do professor, que não possui recursos teórico-metodológicos que lhes permitam atendê-los, como a instituição escola, que não conta com recursos humanos, financeiros e materiais para intervir. (DUARTE; OLIVEIRA, 2011, p. 167).

É certo que a atuação do professor em sala de aula não é capaz de resolver e nem amenizar os déficits e as carências provenientes de questões financeiras, sociais e familiares. O professor sozinho não é o responsável pela salvação da sociedade e responsabilizá-lo por isso contribui para sobrecarregar a função docente.

Para Cury (2002), “[...] não se deve exigir da escola o que não é dela, superando a concepção de uma educação salvífica e redentora”³. As escolas e os professores, segundo Silva e Fernandes (2006)⁴, não podem suprir a ausência de outras instâncias econômicas, sociais, políticas e familiares no processo de educar as gerações mais novas, ou seja, a instituição escolar e os docentes não vão solucionar aquilo, que as sociedades e as famílias não possibilitam às crianças e aos jovens.

Podemos citar, entre as atuais problemáticas na educação, o comprometimento do rendimento das crianças, jovens pelo fato de não terem a frequência mínima necessária para o seu aproveitamento escolar e as famílias têm fundamental responsabilidade sobre isto. Problemática que os professores não têm como serem responsabilizados.

O professor deve reconhecer-se como profissional que precisa ter um conhecimento específico em relação ao seu trabalho, apesar da desqualificação a que padece e do empobrecimento pela perda do valor trabalho, do déficit aquisitivo de seu salário e das perdas de direitos.

[...] podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (OLIVEIRA, 2004, p.14).

No Brasil, a partir da década de 1990, grupos de pesquisa discutem com maior intensidade o trabalho docente. Entre estes podemos citar o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) que se caracteriza pela produção,

³ Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁴ Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000300005&script...>. Acesso em: 26 jun. 2013.

disseminação e socialização de estudos sobre Gestão, Políticas Públicas e Trabalho Docente. Os pesquisadores que fazem parte do grupo são: Adriana Maria Cancelli Duarte, Dalila Andrade Oliveira, Álvaro Moreira Hypólito, Ada Ávila Assunção, Danielle Cireno Fernandes, Eliza Bartolozzi Ferreira, entre outros; publicações e documentos da Rede ESTRADO (Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente) que visa possibilitar o intercâmbio entre pesquisadores e desenvolvem estudos sobre o trabalho docente em toda a América Latina. Foram encontrados 52 pesquisadores para a área temática de trabalho: Saúde e trabalho docente no Brasil. Entre estes, consta Dalila Andrade Oliveira que utilizamos com frequência nos referenciais teóricos, além de outros.

Associações de pesquisa, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), uma associação sem fins lucrativos, que congrega programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em educação, professores e estudantes, vinculados a esses programas, e demais pesquisadores da área com a finalidade de desenvolver a ciência, a educação e a cultura. Possui como um dos grupos de trabalho *Trabalho e educação* que se caracteriza num fórum de discussão sobre as relações entre o mundo do trabalho e a educação, enfocando temáticas dentre estas a do trabalho docente.

Entidades sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entidade sindical de âmbito nacional, representativa de, aproximadamente, 2,5 milhões de trabalhadores em educação (professores, funcionários da educação, supervisores, orientadores, diretores de escolas) das redes públicas (estaduais e municipais) de Educação Básica, com cerca de 1 (um) milhão de sindicalizados, organizados em 36 entidades afiliadas (sendo uma federação, 28 sindicatos de base estadual – muitos destes estenderam a representação às redes municipais – e sete exclusivamente municipais) presentes em 25 estados e no Distrito Federal, onde estão reunidos com o objetivo de defender os interesses da categoria, da educação (pública, gratuita, laica e democrática) e do País, realizando pesquisas em parceria com centros universitário sobre o trabalho docente.

Desse modo, podemos confirmar que a temática *Trabalho Docente* tem sido alvo de discussões e pesquisas, sendo a sua complexidade apresentada por diferentes âmbitos, visto que situações, como a exigência prevista na Constituição brasileira de 1988 de maior formação acadêmica e a exigência de nível superior para a docência na Educação Básica, forçou a categoria a buscar mais qualificação, contribuindo com a profissionalização, exigindo mais esforços, inclusive financeiros, dos trabalhadores, pois a demanda de cursos e programas de qualificação disponibilizados aos professores pelo governo ainda são insuficientes.

[...] a discussão que se colocava à época está relacionada, então, à busca de uma autoproteção dos professores e demais trabalhadores da educação por meio da luta pela profissionalização. A ameaça de proletarização, caracterizada pela perda de controle do trabalhador (professor) do seu processo de trabalho, contrapunha-se à profissionalização como condição de preservação e garantia de um estatuto profissional que levasse em conta a auto-regulação, a competência específica, rendimentos, licença para atuação, vantagens e benefícios próprios, independência etc. A discussão acerca da autonomia e do controle sobre o trabalho é o ponto fulcral. (OLIVEIRA, 2004, p. 7).

Assim, os professores teriam menos autonomia e controle do seu trabalho e com as perdas aponta-se que ainda recentemente estes se expressam em busca de melhores condições de trabalho e de remuneração.

[...] em levantamento realizado recentemente, foi possível constatar que as questões salariais e de caráter profissional, aquelas atinentes à defesa dos direitos trabalhistas, ainda são as mais contundentes nas lutas e manifestações dos trabalhadores docentes. Isso se explica provavelmente pelo quadro de precarização das condições de trabalho e de remuneração a que esses profissionais se viram submetido nos últimos anos. (OLIVEIRA, 2004, p. 14-15).

Segundo Arroyo (2010), o ofício do professor carrega em seu bojo uma construção social, cultural e política que está amassada com materiais, com interesses que extrapolam a escola. Sobretudo, se somado à história das últimas décadas, que se caracteriza por tentar redefinir esse “imaginário”, não apenas para melhorar as condições de exercer esse ofício, mas criar uma nova cultura, mostrando outro perfil.

[...] quando se discute a situação do magistério brasileiro atualmente é quase inevitável evocar a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho, que incluem casos de desrespeito e até de agressão por parte dos alunos, considerados por muitos como indícios da crise que tem afetado a autoridade desse grupo de profissionais. [...] Cada vez mais surgem dados do que se convencionou a chamar de mal-estar docente (Esteve, 2009), referindo-se à dificuldade dos professores de conferirem um sentido ao seu trabalho, e estudos têm sido desenvolvidos a respeito de doenças recorrentes do exercício da docência, com destaque para as de origem nervosa, como, por exemplo, gastrite e depressão (CODO, 2003; GASPARINI, BARRETO, ASSUNÇÃO, 2005). [...] Com isso tem se disseminado, entre os professores, uma enorme insatisfação não só pela falta de autonomia no exercício da docência, como também por se sentirem vítimas de um processo de culpabilização pelas mazelas do ensino brasileiro. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.155-156).

A intensificação, a precarização e as novas atribuições à função docente, constituintes da organização e as condições para realização deste trabalho seriam as causas que podem ser consideradas, empiricamente, como as determinantes ao adoecimento docente. As condições para a realização deste trabalho são constituídas de condições subjetivas entendidas como aqueles referentes aos sentimentos, às relações interpessoais e objetivas, referentes aos aspectos físicos da escola, como: conservação, iluminação e sonorização.

A docência “[...] é um trabalho de limites imprecisos e variáveis de acordo com os indivíduos e as circunstâncias, e também segundo os estabelecimentos e os bairros e localidades” (TARDIF; LESSARD, 2009, p.112).

Na próxima subseção, abordamos as transformações sociais e a preocupação surgida com a saúde/adoecimento do docente.

1.3 A PERCEPÇÃO DA SAÚDE/ADOECIMENTO DOCENTE

Esteve (1995, p. 93) afirma: “[...] Nunca achei uma melhor definição do trabalho do professor: dedicar a própria vida a pensar e sentir, e a fazer pensar e sentir; ambas as coisas juntas”. Pensamos, assim que o estudo do trabalho e da saúde dos docentes é relevante, devido à complexidade das suas tarefas e das transformações sociais em que o Estado, a sociedade e as famílias transferem para a escola todas as expectativas de mudança social, diante do fracasso a que vem padecendo. E assim problemas que surgem fora da escola são reproduzidos nela, numa ciranda sem fim.

Sabemos que até quase os anos 1970, a investigação psicossocial do trabalho e da saúde do trabalhador esteve centrada no operário industrial, “o trabalhador da época”. O setor terciário ou de serviços não despertava interesse.

Os primeiros registros epidemiológicos surgem na Europa (França, Inglaterra e Alemanha) por volta dos anos 60-70, nos países latino-americanos, mais tarde, por volta dos anos 80. A partir desses dados, outros campos de estudos, sociologia e psicologia, iniciam pesquisas sobre esta temática. Porém, o campo da educação ainda é estudado de modo insuficiente. Pois, como afirma Esteve (1995, p. 95) sobre a situação dos professores que esta deve ser situada “[...] num processo histórico em que as mudanças sociais transformaram profundamente o seu trabalho, a sua imagem social e o valor que a sociedade atribui à própria educação”.

Entendemos a necessidade de avançar e contribuir com esses estudos, supondo que o adoecimento docente não pode ser ignorado quando se busca a qualidade do ensino e se respeita e se valoriza os trabalhadores professores.

Em sindicatos de representação dos docentes e em alguns centros de investigação universitária ou próximos dos interesses dos trabalhadores da educação se iniciam, entre 1970-1980, estudos da saúde do trabalho e do trabalho docente na América. Do Canadá (Quebec) até a Argentina, Equador, México e Brasil, universidades e profissionais de sindicatos docentes realizam estudos sobre condições de trabalho e saúde dos docentes e especialmente do

sofrimento psíquico que padecem, às vezes, imperceptível para eles mesmos (MARTÍNEZ apud OLIVEIRA, 2003).

As mudanças sociais, das reformas educacionais, na função da escola e do papel do professor provocaram alterações na profissão docente. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. E o professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, que se estende às famílias e à comunidade. Além da ampliação de responsabilidades, Duarte (2011) ressalta que os artigos, analisados de autores brasileiros (OLIVEIRA, 2003, 2004, 2005; ALVARENGA, VIEIRA, LIMA, 2006; MIRANDA, 2006; MONFREDINI, 2006; SANTOS, 2006; DIAS-DA-SILVA e FERNANDES, 2006), registram, em graus distintos, a precariedade das condições de trabalho dos professores na Educação Básica no Brasil, tanto nas redes municipais quanto nas estaduais.

A sociedade moderna trouxe consigo uma multiplicidade e imprevisibilidade de questões: a violência doméstica, o abandono familiar, a ausência dos pais no processo de escolarização dos filhos, o consumo de drogas entre crianças e jovens, a gravidez na adolescência, entre outros que permeiam o trabalho na sala de aula, e que extrapolam a relação do processo de ensino-aprendizagem. Estas e outras questões podem forçar os docentes a assumirem papéis de diferentes profissionais adversos a sua formação acadêmica e vínculo profissional, como a de psicólogo, assistente social, enfermeiros e até mesmo a função de pais, ocasionando problemáticas, levando-os ao adoecimento e influenciando na sua identidade profissional.

[...] o trabalho docente flexível e multifacetado já vem sendo: [...] atravessado por atividades e exigências diversas que não cessam, nem em época de greve, tampouco nas férias, [gerando], ao mesmo tempo, mudança na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho), particularmente facilitadas pela introdução das novas tecnologias. Assim, seu rol de atividades é extenso e sua carga de trabalho se estende para além dos muros das instituições, da carga horária de oito horas diárias, da semana de cinco dias, com a produção de diversos tipos de doenças, desânimo, cansaço, ansiedade, visto que em cada trabalhador, conforme graus diferenciados, sempre existem limitações corporais e subjetivas no enfrentamento desse ritmo de trabalho. Com a reforma proposta, deve-se acrescentar a esse quadro, o sobretrabalho que poderá advir da multiplicação de estudantes sob sua responsabilidade, bem como o desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal e competem pelo acesso ao 2º nível. (MANCEBO, 2007, p. 78).

O trabalho é essencial à subsistência do ser humano, no entanto seus efeitos podem ser nocivos à saúde física e mental de profissionais, dentre eles dos professores. A partir da década de 1990 estudos relacionados à temática saúde e atividade laboral tornaram-se mais frequentes. Segundo Araújo e Paranhos (apud OLIVEIRA, 2003), no caso dos professores, a relação saúde-

trabalho docente tem sido objeto de produções científicas que buscam avaliar as fontes de ansiedade, de estresse e de adoecimento decorrentes das condições ambientais e sociais nas quais a docência tem sido executada.

O conceito de saúde, adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1948, diz que: “[...] Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Portanto, um conceito complexo e difícil de ser atingido, além de subjetivo devido às instabilidades da vida e do seu caráter histórico. Isso na medida em que indivíduos e sociedades consideram ter mais ou menos saúde, dependendo do momento, do referencial e dos valores que atribuam a uma situação.

Diversas tentativas vêm sendo feitas a fim de se construir um conceito mais dinâmico, que dê conta de tratar a saúde não como imagem complementar da doença e sim como construção permanente de cada indivíduo e da coletividade, que se expressa na luta pela ampliação do uso das potencialidades de cada pessoa e da sociedade, refletindo sua capacidade de defender a vida.

Os professores têm sentido, além da referida intensificação, um processo crescente de proletarização com consequências no aumento de seu ritmo de trabalho e no volume das atividades em contraponto com uma maior precarização de suas condições de exercê-lo, incluindo salários. “[...] Proletário é o trabalhador que não tem controle do processo de trabalho que realiza” (MARTÍNEZ apud OLIVEIRA, 2003, p.80). Tal situação conduz os professores à insegurança refletindo na sua prática e no cotidiano escolar. O estresse e outros problemas de saúde, a impossibilidade de se aperfeiçoar constantemente e a falta de tempo para preparar e refletir criticamente sobre o seu trabalho é consequência deste quadro.

Consideramos que a saúde não se resume aos aspectos físicos das pessoas, mas também a fatores mentais e sociais. Então, a saúde é do indivíduo e é coletiva, pois a pessoa como ser social depende de fatores sociais, de relacionamento e situações concretas para a sua plenitude. Nessa lógica, consideramos que nenhum indivíduo ou sociedade é doente ou saudável, por completo. E sim, possuem níveis diferenciados de saúde e doença.

[...] as pesquisas realizadas no Brasil apontam que as condições de trabalho e saúde são relacionadas a fatores psicofísicos e sociais, e embora não autorizem estabelecer relações diretas com o aparecimento de determinadas doenças nos professores, nos permitem dizer que há uma estreita relação entre as condições de trabalho, saúde e adoecimento desses profissionais. (MEDEIROS; REIS, 2012, p.82).

A Lei n. 8.080/90, em seu artigo 3º, traz como ampliação do conceito de saúde o acesso da população à alimentação, à moradia, ao saneamento básico, ao meio ambiente, ao trabalho, à renda, à educação, ao transporte, ao lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Ressaltamos o entendimento de que os indivíduos não são saudáveis ou doentes, mas apresentam diferentes graus de saúde ou doença de acordo com as suas condições de vida. E isto é dinâmico e é modificado nos diversos momentos da vida do indivíduo, do período histórico e do desenvolvimento científico, social e cultural da humanidade.

Além disso, o adoecimento também está atrelado à percepção do próprio indivíduo a respeito de suas indisposições e padecimentos e não apenas aos sinais e sintomas que indicam um diagnóstico médico preciso e classificado internacionalmente no código de doenças, apesar da inarredável legitimidade da medicina. Fatores culturais determinam quais sinais e sintomas serão percebidos como anormais pelo sujeito. A doença, sob esse prisma, é a experiência de uma disrupção das formas e funções regulares da pessoa e implica necessariamente o sofrimento (DUARTE, 2011).

O adoecimento no âmbito da medicina diz respeito ao fato de:

[...] adoecer, de apresentar uma perturbação, uma interrupção, sensação ou distúrbio de funções, sistemas ou órgãos do corpo. Expressa um conjunto de sinais e sintomas associados a qualquer processo mórbido e que formam juntos o quadro de doença que é caracterizada, no âmbito da medicina, por, pelo menos, dois critérios: (1) agente etiológico reconhecido; (2) grupo identificável de sinais e sintomas ou alterações anatômicas compatíveis. O diagnóstico tem importância fundamental para definir os processos mórbidos, assim como a avaliação das reações físicas e emocionais do paciente. A primeira identifica a doença, enquanto a segunda identifica a enfermidade. Em patologia, estuda-se a doença; no treinamento clínico, trabalha-se com a enfermidade. Para os clínicos, “as doenças, como são definidas em patologia, não existem na realidade; são abstrações, embora úteis”. A enfermidade é um processo, pois diz respeito não somente à sua reação tecidual, mas à reação do paciente. Por isso, é encarada como um acontecimento único da história do indivíduo, não acontecerá de novo exatamente da mesma maneira (DELP e MANNING, 1976 apud ASSUNÇÃO, 2010).

Assim, as pesquisas apontam que no caso dos professores a exposição às condições de trabalho desfavoráveis está associada ao adoecimento dos docentes. Para a antropologia, não há sociedade onde a doença não tenha uma dimensão social, sendo, ao mesmo tempo, a mais íntima e individual das realidades. As interpretações da doença e da terapia variam de uma sociedade para outra, de um indivíduo para outro e são evolutivas numa mesma sociedade. No entanto, a esperança de cura é um aspecto invariante nas diferentes organizações humanas (ASSUNÇÃO, 2010).

As pesquisas apontam que os professores sofrem doenças como estresse, síndrome Burnout, doença da voz, depressão, de cunho psicológico, relacionadas à coluna cervical, entre outros tipos. Inclusive a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a depressão como doença dos professores.

O Ministério da Saúde do Brasil publicou em 2001 um manual de doenças relacionadas ao trabalho; manual de procedimentos para serviços de saúde, resultante de uma ação

coordenada do Ministério da Saúde e Organização Pan-Americana da saúde na qual estiverem envolvidos profissionais e especialistas oriundos de universidades e da rede de serviços. Isso visou possibilitar a caracterização das relações entre as doenças e as ocupações, onde consta a síndrome Burnout como a epidemiologia que afeta principalmente profissionais como os professores.

Assunção (2003) cita os resultados da pesquisa de Gonçalves (2008) convergentes com a de Noronha (2001) que relaciona os altos índices de problemas de voz dos professores aos aspectos da organização do trabalho e a gestão escolar pública, incluindo situações de violência e indisciplina dos alunos.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou uma investigação sobre a saúde mental dos trabalhadores em educação, diante das evidências de que milhares de educadores padecerem de doenças inerentes à profissão e, por isso, publicou o *Relatório da Profissão Docente* da OIT. Para ir além do diagnóstico e de seus desdobramentos pedagógicos, a investigação procurou dar ênfase à figura do educador, sua dramática condição humana, sua precária condição de trabalho e sua complexa condição política e social. Posteriormente, a Confederação ampliou os focos de análise, pesquisando outros aspectos da realidade escolar em que o trabalhador em educação atua.

Em 2002 foi realizada outra consulta em dez estados brasileiros, denominada *Retrato da Escola 3*. Centrada, especificamente, na situação dos educadores e que incluiu, além da saúde, novos elementos, buscando uma maior compreensão da identidade dos profissionais que atuam nas escolas básicas do país.

O campo de estudos das relações saúde e trabalho procuram adotar uma abordagem capaz como sugere Morin (1995, p.20) “[...] de reconhecer o singular, o individual e o concreto” visto que, na contemporaneidade, o desafio para a ação, visando às melhorias das condições de trabalho pressupõe questionar à evolução do sistema produtivo, tentando compreender as lógicas que originam a precarização do trabalho, a fim de desvelar as implicações profundas para aqueles que sofrem as consequências dessas lógicas (ARAÚJO; PARANHOS, 2003).

Conferimos as patologias que podem ser atribuídas ao trabalho dos docentes na seção a seguir.

SEÇÃO 2: DOENÇAS ATRIBUÍDAS AO TRABALHO DOCENTE

As dificuldades dos professores de conferirem um sentido ao seu trabalho, sintetizadamente devido à imagem de um profissional mal preparado, mal remunerado, desprestigiado e com crescente perda de autonomia, decorrentes das transformações sociais. E ainda em decorrência de excessiva carga de trabalho, vem fazendo com que os professores adoçam facilmente.

As pesquisas apontam similaridade entre as patologias que causam afastamento docente. Como podemos perceber nos resultados:

[...] durante os dois anos desta pesquisa 18% dos professores ficaram afastados de suas atividades laborais por licença médica em razão de diferentes doenças. Quando se analisam os motivos desse afastamento, observa-se que 13% deram-se em virtude de problemas de voz; 19% por doenças musculoesqueléticas; 8% por depressão, ansiedade e nervosismo; 8% por estresse e 52% por outros motivos. (MEDEIROS; REIS, 2012, p.87).

No ano de 2012, as causas de adoecimento dos servidores docentes da prefeitura municipal de Belém mais comuns foram do sistema osteomuscular e os transtornos mentais/depressão. Essas patologias podem ser relacionadas ao trabalho como já identificadas em pesquisas anteriores e inclusive em documentos oficiais como consta no Manual sobre doenças do sistema osteomuscular do Ministério da Saúde do Brasil n. 103 (2001) e nas Normas e manuais técnicos das doenças relacionadas ao trabalho n. 114 (BRASIL, 2001).

É importante ressaltar que houve uma grande quantidade de afastamentos em que o CID não foi identificado no atestado médico, sendo na totalidade um mil e cinquenta e três licenças saúde (1.053) e um mil e novecentos e trinta dias (1.930) de afastamentos. É necessário frisar que é difícil precisar e isolar as doenças preexistentes como as originadas por questões pessoais, advindas das dificuldades no contexto e condições organizacionais do trabalho.

As repercussões do modelo de produção ocidental com predominância capitalista foram determinantes para o desenvolvimento do bem estar das pessoas com a oferta de produtos e serviços que favorecem neste sentido. No entanto, essas mudanças provocaram também alterações no modo de vida das pessoas em relação aos hábitos alimentares que afetaram a saúde e o bem estar de caráter físico, como: a obesidade, problemas cardiovasculares e de caráter psicológico, decorrentes de mudanças nas relações interpessoais que trazem como consequência a depressão, o stress e outras. As mudanças nas organizações dos trabalhos afetaram diretamente as relações trabalhistas, ocasionando as doenças ocupacionais.

O Ministério da Saúde do Brasil (2001) traz a afirmativa de que na nossa sociedade, o trabalho é mediador de integração social por seu valor econômico (subsistência) e pelo aspecto

cultural (simbólico). Por isso, a sua importância é fundamental na constituição da subjetividade, no modo de vida e, portanto, na saúde física e mental das pessoas. Além de que:

[...] a contribuição do trabalho para as alterações da saúde mental das pessoas dá-se a partir de ampla gama de aspectos: desde fatores pontuais, como a exposição a determinado agente tóxico, até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho, como a divisão e parcelamento das tarefas, as políticas de gerenciamento das pessoas e a estrutura hierárquica organizacional. Os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho resultam, assim, não de fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e aparato psíquico dos trabalhadores. As ações implicadas no ato de trabalhar podem atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas também reações psíquicas às situações de trabalho patogênicas, além de poderem desencadear processos psicopatológicos especificamente relacionados às condições do trabalho desempenhado pelo trabalhador. (BRASIL, 2001).

As doenças ocupacionais no Brasil seriam aquelas provenientes do trabalho ou pelas condições ambientais em que este é exercido. A legislação brasileira define as doenças profissionais ou do trabalho no decreto 2.172 de 5 de março de 1997, art. 132, incisos I e II, equiparando-a para todos os efeitos legais ao acidente de trabalho.

Art. 132. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do art. 131, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação de que trata o Anexo II;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, desde que constante da relação de que trata o Anexo II.

§ 1º Não serão consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produz incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurados habitantes de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que resultou de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação constante do Anexo II resultou de condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a previdência social deve equipará-la a acidente do trabalho.

A “sensação de estar acabado” (síndrome de Burnout ou síndrome do esgotamento profissional), cid-10 z73.0, é um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho (BRASIL, 2001). Tem sido descrita como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, envolvendo a representação que a pessoa tem de si e dos outros. A síndrome afeta principalmente profissionais da área de serviços ou cuidadores, quando em contato direto com os usuários, como: os **trabalhadores da educação**, os da saúde, os policiais, os assistentes sociais, os agentes penitenciários, os **professores**, entre outros.

Ainda segundo o Manual, a prevenção da síndrome de esgotamento profissional envolve mudanças na cultura da organização do trabalho, estabelecimento de restrições à exploração do desempenho individual, diminuição da intensidade de trabalho, diminuição da competitividade, busca de metas coletivas que incluam o bem estar de cada um.

Dentre os problemas de saúde, os transtornos mentais são responsáveis pelo maior número de dias de afastamento do trabalho, ou seja, são problemas de saúde que afastam os trabalhadores do trabalho por longos períodos. O que podemos comprovar no estudo que realizamos, ao identificarmos uma média de 30 dias seguidos de afastamento, por pessoa, devido às patologias de adoecimento mental.

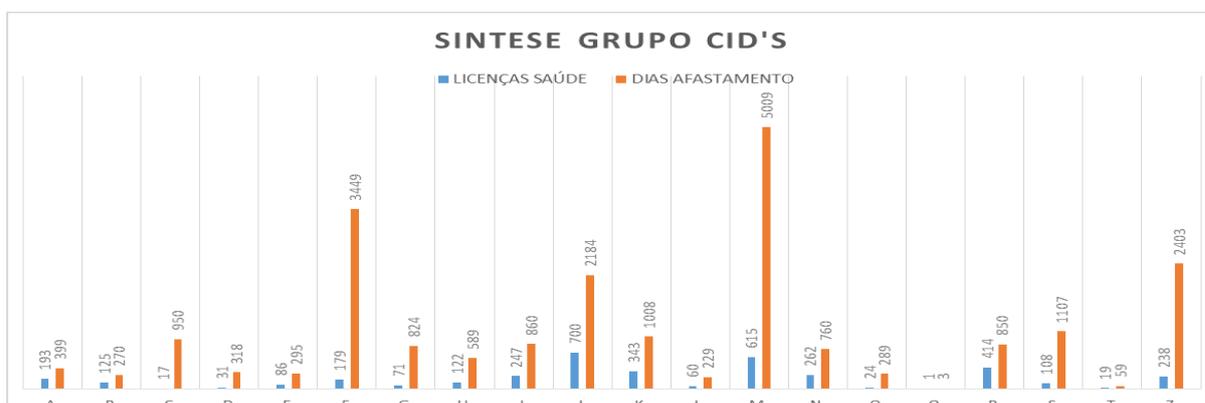
Além disso, como não se trata de uma lesão visível ou de um processo físico mensurável, muitas vezes, os pacientes não buscam tratamento ou têm o seu sofrimento legitimamente reconhecido o que poderia elevar ainda mais estes resultados. Esses problemas psíquicos se enquadram como doença ocupacional, segundo o Ministério da Saúde do Brasil.

Para identificar as patologias mais incidentes, organizamos os dados por grupos de códigos como definido internacionalmente com base na CID-10 que corresponde a uma listagem dos agravos à saúde relacionados aos códigos.

[...] a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID 10 fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código CID 10. (MEDICINA NETE).

Apresentamos a seguir o Gráfico 1 por grupo de CID, onde a cor azul corresponde as licenças saúde; e a vermelha aos dias de afastamento:

Gráfico 1 - Por capítulos de CID



Fonte: Realizado com base na análise dos dados NAST/, 2012.

Ao observar o gráfico dos capítulos dos CID mais incidentes e o Quadro 2 a seguir com a identificação dos capítulos de CID, é possível identificar as patologias que acometem os professores da SEMEC Belém.

Quadro 2 - Capítulos de CID

Capítulo	Descrição	Códigos da CID
I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	A00-B99
II	Neoplasias [Tumores]	C00-D48
III	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	D50-D89
IV	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	E00-E90
V	Transtornos mentais e comportamentais	F00-F99
VI	Doenças do sistema nervoso	G00-G99
VII	Doenças do olho e anexos	H00-H59
VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastoide	H60-H96
IX	Doenças do aparelho circulatório	I00-I99
X	Doenças do aparelho respiratório	J00-J99
XI	Doenças do aparelho digestivo	K00-K93
XII	Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	L00-L99
XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	M00-M99
XIV	Doenças do aparelho geniturinário	N00-N99
XV	Gravidez, parto e puerpério	O00-O99
XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal	P00-P96
XVII	Malformações congênicas, deformidades e anomalias cromossômicas	Q00-Q99
XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	R00-R99
XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	S00-T98
XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade	V01-Y98
XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	Z00-Z99

Fonte: <<http://www.saude.sc.gov.br/cgi/sim/dydescr2.htm>>.

Os grupos dos agravos a saúde que apresentaram destaque **quanto a incidência de licenças concedidas**, considerando o gráfico I, foram:

- Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.
- Doenças do aparelho respiratório.
- Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte.
- Doenças do aparelho digestivo.
- Doenças do aparelho geniturinário.

- Doenças do aparelho circulatório.
- Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde.
- Transtornos mentais e comportamentais.

Os grupos dos agravos à saúde que apresentaram **destaque quanto aos dias de afastamento**, considerando o gráfico I, foram:

- Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.
- Transtornos mentais e comportamentais.
- Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde.
- Doenças do aparelho respiratório.
- Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
- Doenças do aparelho digestivo.
- Neoplasias [Tumores].
- Doenças do aparelho circulatório.
- Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte.
- Doenças do sistema nervoso.
- Doenças do aparelho geniturinário.

Assim, no estudo que realizamos, encontramos coincidências de algumas patologias indicadas com o de outros estudos de cunho nacional e também regional (MAUÉS *et al*, 2012), onde, inclusive, a coleta de dados ocorreu por outro instrumento, no caso por entrevistas com os professores que relataram doenças musculoesqueléticas, problemas de voz, ansiedade e nervosismo, depressão, estresse que podem estar relacionadas ao trabalho.

Como nos baseamos em dados oficiais sobre as licenças concedidas, podemos dialogar com mais precisão com a literatura disponível que trata sobre as patologias que acometem os docentes.

Na próxima subseção tratamos sobre os transtornos mentais e comportamentais, conceituando e apontando, com base em referenciais, alguns fatores que podem vir a prevenir ou contribuir com a patologia.

2.1 OS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES AO TRABALHO DOCENTE

Em 1974, o médico americano Freudenberger descreveu o distúrbio psíquico “síndrome de Burnout” ou “síndrome do esgotamento profissional”, após estudar sobre a perda de motivação, comprometimento e as sintomatologias psíquicas e físicas, como a perda de energia e a presença de fadiga.

No entanto, foi a psicóloga social e pesquisadora Maslach que também utilizou a expressão “Burnout” e a tornou popular como resultado da uma pesquisa sobre a influência da carga emocional do trabalho. Esta síndrome foi registrada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10 no Grupo V transtornos mentais e comportamentais.

A compreensão de que saúde, trabalho e as suas contradições podem causar prejuízos a vida das pessoas se traduz nos estudos realizados nos últimos anos com as temáticas: saúde e trabalho, psicopatologia do trabalho, saúde do trabalhador, doenças ocupacionais, entre outras. Onde se constata, muitas vezes, que o trabalho ao comprometer mental e/ou fisicamente os indivíduos provoca desgastes, exaustão e adoecimento.

[...] trabalho externo ao trabalhador, por não fazer parte da sua natureza e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. (MARX, 2008, p. 33).

O desprazer do profissional docente para com o seu trabalho, quando o tem apenas como meio para atender a sua subsistência e a satisfação das suas necessidades e/ ou vantagens materiais, reflete-se, muitas vezes, na dedicação, compromisso indispensáveis para o sucesso da atividade, vem ao encontro da afirmativa de Marx (2008) sobre o trabalho externo ao trabalhador.

Então, em todos os níveis das relações sociais, incluindo, assim, a educação que é utilizada pelo capitalismo, assim como outros sistemas econômicos e sociais, como um dos meios mais eficazes de legitimação dos seus ideais, posto que os sujeitos não estão imunes às transformações provenientes do campo da informação e do conhecimento.

O professor seria um dos mais suscetíveis pela sua atuação neste campo em que se propõem a atender as exigências de volume excessivo e ritmo acelerado de trabalho, a avaliação e metas, relações com alunos, pais dos alunos e comunidade, além do tempo insuficiente para

a realização de tarefas. Assunção, Barreto e Gasparini (2005) afirmam que as conclusões dos estudos interessados em descrever o perfil de adoecimento dos professores são convergentes, independente da população e da região estudada.

Confirmamos esta afirmativa com as análises e resultados que encontramos relacionadas às patologias e gêneros dos dados dos professores docentes da prefeitura de Belém que se equipara a de outros locais.

Observamos, assim, que os professores estão entre uma das categorias profissionais com maior risco de adoecimento psíquico, ao configurar como uma profissão com grande potencial de estresse que afeta o desenvolvimento do seu trabalho e a saúde.

Os termos “mal estar docente” e “síndrome Burnout” estão associados na literatura com significados quase idênticos e de caráter negativo da personalidade do professor. Esteve (1995, p. 98) afirma que a expressão “mal estar docente” se refere aos efeitos de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência.

Alguns fatores foram elencados pelo autor como contribuintes a estas condições. Dentre eles: o aumento das exigências do professor, a inibição educativa de outros agentes de socialização, o desenvolvimento de outras fontes de informação alternativas a escola, a mudanças dos conteúdos a serem transmitidos, a ruptura do consenso social sobre a educação, o aumento das contradições no exercício da docência, as mudanças de expectativas em relação a educação, a menor valorização social do professor, a fragmentação do trabalho do professor, a mudança nas relações entre professor e aluno e a questão da violência nas escolas.

[...] outro problema grave que contribui para os altos números de professores com transtornos psicológicos é a violência dentro das escolas. A Unesco, organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, aponta que 30% dos afastamentos em escolas da rede pública no Brasil são motivados pela violência. Matéria publicada no Correio em 22 de abril denunciou o aumento das agressões contra docentes em sala de aula. No Distrito Federal, um terço dos profissionais já foi agredido. Em Brasília, a média chega a seis casos por semana. Em São Paulo, os relatos de agressão cresceram 40% nos últimos três anos. Em Minas Gerais, uma ocorrência de violência é registrada a cada três dias nas escolas privadas e públicas. (CORREIO BRAZILIENSE)⁵.

A violência dentro das escolas dos alunos para com os professores e ao redor dela quando professores são violentados a caminho/ retorno do trabalho ou se sentem amedrontados

⁵ Disponível em: <www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/.../index.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

no seu local de trabalho com o risco de “invasões” que constituem algumas das formas de violência a que os professores podem vir a sofrer.

Os efeitos seriam manifestados através de absenteísmo trabalhista como mecanismo para cortar a tensão acumulada; esgotamento; cansaço físico permanente; ansiedade como traço ou na forma de expectativa; estresse; depreciação do ego; autoculpabilização ante a incapacidade para melhorar o ensino; ansiedade como traço permanente, associada como causa-efeito a diversos diagnósticos de doença mental; neuroses reativas; depressões.

Pesquisas em que os professores foram ouvidos sobre a temática “mal estar docente” e “Síndrome Burnout” revelam algumas insatisfações docentes, além das apontadas por Esteve (1995) como a de Lima (2001) ao afirmar que, baseado no que escutou diretamente do professor, as causas mais frequentes de sua insatisfação se referem ao aluno, sendo que foram citadas as questões de indisciplina, o desrespeito que demonstram e as queixas também recaem aos pais em relação à falta de apoio nas atividades de casa, nas questões de formação moral do aluno e também das coordenações e direções que não respaldam a sua autoridade.

As questões que, segundo Leite e Souza (2007), são também consensos entre os professores referem-se as condições de trabalho (temperatura, ruído, iluminação, espaço físico, material didático); organização do trabalho (multiplicidade de tarefas diferenciadas e simultâneas, ritmos de trabalho, pouca frequência de pausas, movimentos repetitivos, aumento de exigências cognitivas, mobilização da subjetividade, capacidade de diagnosticar e de decidir perda de autonomia, burocratização e rotinização das atividades educativas, prescrição do trabalho, padronização do currículo e dos métodos de ensino, falta de acompanhamento técnico, novas exigências de qualificação, como: polivalência, qualificação técnica, realização de horas extras).

Além das condições físicas (posturas desconfortáveis, uso elevado e frequente da voz, peso de grandes quantidades de materiais); relacionais (políticas educacionais autoritárias, falta de diálogo com a administração e a equipe técnica, insuficiência de laços de cooperação, dificuldades nas relações das famílias com os alunos, que tendem a encarar os profissionais como responsáveis do sucesso e insucesso dos filhos, falta de valorização do trabalho realizado, estado psicológico e disciplina dos alunos); sociais (baixos salários, trabalho em mais de uma escola, necessidade de desenvolver outras atividades como forma de aumentar a renda, a violência na escola, imagem da opinião pública sobre o professor).

Pesquisas apontam que os docentes ainda pouco utilizam seu tempo livre em atividades culturais e lúdicas.

[...] as pesquisas apontaram que 17% dos professores utilizam esse tempo para descansar, 17% para leitura, 16% para fazer programas com a família e 12% para realizar tarefas domésticas. Apenas 3% disseram que utilizam seu tempo para ir ao cinema e 4% para fazer atividades lúdicas. (MAUÉS *et al*, 2012, p. 88).

Contrariando recomendações médicas, como a do Dr. Varella sobre a síndrome Burnout, onde o que ele indica para o tratamento, inclui o uso de medicação com antidepressivos, psicoterapia e atividade física regular. Além da necessidade do lazer e descanso, referindo-se ao trabalho, atividades diárias e objetivos profissionais.

[...] não use a falta de tempo como desculpa para não praticar exercícios físicos e não desfrutar momentos de descontração e lazer. Mudanças no estilo de vida podem ser a melhor forma de prevenir ou tratar a Síndrome de Burnout;
Conscientize-se de que o consumo de álcool e de outras drogas para afastar as crises de ansiedade e depressão não é um bom remédio para resolver o problema;
Avalie quanto às condições de trabalho estão interferindo em sua qualidade de vida e prejudicando sua saúde física e mental. Avalie também a possibilidade de propor nova dinâmica para as atividades diárias e objetivos profissionais⁶.

O adoecimento psíquico, segundo Dejours (1994), a organização do trabalho tem potencial desestabilizador para a saúde mental dos trabalhadores com conceituado contraste com as condições do trabalho, sobre as quais a maioria dos pesquisadores médicos e ergonômicos focalizava seus estudos. Por condições de trabalho devem-se entender as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho e as pressões ligadas às condições de trabalho têm por alvo principal o corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas.

Em contrapartida a organização do trabalho, por um lado, a divisão do trabalho: divisão de tarefas entre os operadores, repartição, cadência e, enfim, o modo operatório prescrito; e por outro lado a divisão de homens: repartição das responsabilidades, hierarquia, comando, controle etc. Assim, se por um lado, as condições de trabalho têm por alvo principalmente o corpo, a organização do trabalho, por outro lado, atua em nível do funcionamento psíquico. A divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de homens solicita, sobretudo as relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança etc. (DEJOURS, 1994).

Contabilizamos 179 (cento e setenta e nove) licenças saúde referentes aos transtornos mentais e comportamentais que totalizaram 3.449 (três mil e quatrocentos e quarenta e nove)

⁶ Disponível em: < <http://drauziovarella.com.br/letras/b/sindrome-de-burnout/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

dias de afastamento dos docentes de sala de aula no ano de 2012. Esta é a segunda maior causa de dias de afastamento, visto que a primeira são as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Na próxima subseção, tratamos sobre as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, mostrando as implicações ao trabalho docente.

2.2 DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR E DO TECIDO CONJUNTIVO E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES AO TRABALHO DOCENTE

Os problemas ergonômicos, de ordem musculoesqueléticas, onde se incluem as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) que estão ligados aos problemas de postura, estresse e trabalho excessivo.

O Ministério da saúde do Brasil (2001) afirma que diante do aumento da frequência de LER e DORT estudiosos têm tentado explicar sua gênese por meio de várias teorias, sendo que são apresentadas as características de algumas delas. Isso apesar das dificuldades decorrentes da falta de um conhecimento sedimentado sobre o tema.

No entanto, parece estar se formando o consenso de que LER/ DORT resultam do entrelaçamento de três conjuntos de fatores envolvidos na dor musculoesquelética: fatores biomecânicos presentes na atividade; fatores psicossociais relacionados à organização do trabalho; fatores ligados à psicodinâmica do trabalho ou aos desequilíbrios psíquicos gerados em certas situações especiais de trabalho na gênese do processo de adoecimento.

No caso dos professores em que o trabalho ocorre por um tempo prolongado, em pé, gera sobrecarga na coluna e fadiga na musculatura e mesmo sentado em seu escritório/ sala para preparar as aulas e inclusive com o uso inadequado do computador na escola (falta de apoio para os punhos, monitor fora do nível da vista, cadeira sem regulagem de altura, reflexo etc.), podem causar problemas de natureza ergonômica.

O Ministério da saúde do Brasil (2001) também alerta para o fato de que a associação entre os fatores psicossociais e os problemas osteomusculares dolorosos não está ainda totalmente esclarecida.

[...] entretanto, estudos indicam que o limiar para a dor pode estar relacionado com o modelo exigência-controle-suporte social. Segundo esse modelo, trabalhadores submetidos a altos níveis de exigências psicológicas no trabalho e com poder de decisão têm um aumento do limiar da dor, enquanto pessoas com pequenas possibilidades de decisão no trabalho apresentam menor limiar. Assim, pode-se inferir que sob altos níveis de exigência psicológica há uma maior mobilização de energia, com supressão da sensibilidade dolorosa, o que poderia ocasionar maior risco de desenvolver, a longo prazo, alterações nos tecidos musculoesqueléticos, uma vez que

dor, como sinal de alerta, está ausente. Por outro lado, o pouco poder de decisão contribui para o desenvolvimento da depressão, o que explicaria o baixo limiar, tornando os indivíduos mais sensíveis à dor. (BRASIL, 2001).

As doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo foram registradas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10 no Grupo XIII capítulo 18. Este estudo apresenta grande relevância ao comprometimento a saúde docente tanto em relação à incidência as licenças saúde quanto em relação aos dias de afastamento.

Identificamos as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo como responsáveis pelo maior quantitativo de dias de afastamento dos docentes da sala de aula no ano de 2012 com 5.009 (cinco mil e nove) dias referente a 615 (seiscentos e quinze) licenças saúde, correspondendo ao resultado de outras pesquisas que têm como objeto o adoecimento docente.

É notório que os distúrbios do sistema musculoesquelético têm despertado a atenção de pesquisadores preocupados com questões relativas à saúde e ao trabalho devido ao custo e o impacto na qualidade de vida. Esses distúrbios incluem várias doenças articulares, problemas de coluna, distúrbios em tecidos moles, condições ósseas e trauma de difícil avaliação clínica.

De acordo com National Institute for Occupational Safety and Health e Yeng *et al* (1997), os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho nos Estados Unidos da América, foram os componentes de maior custo econômico, destacando-se de outras doenças ocupacionais.

Nos anos 1980, os sintomas osteomusculares começaram a se destacar no Brasil, tornando-se um grande problema de saúde pública. Decorrem das solicitações do aparelho locomotor durante a execução das atividades da vida diária e ocupacional e eventos traumáticos, podendo desencadear dor, incapacidade funcional e sofrimento físico e psicoafetivo. Estudos confirmam que os sintomas musculoesqueléticos se desenvolvem por caracteres multifatoriais, destacando-se os fatores biomecânicos presentes na atividade, fatores psicossociais, características individuais e os fatores ocupacionais.

O estudo de Carvalho e Alexandre, publicado na *Revista Brasileira de Fisioterapia* (2006), mostra que há elevada ocorrência de sintomas musculoesqueléticos nos professores do Ensino Fundamental, sendo que as regiões mais afetadas foram a coluna lombar, a torácica, a cervical, os ombros, os punhos e as mãos. Eles afirmaram que a grande procura por auxílio de algum profissional da área da saúde e a influência na execução das atividades cotidianas reforçam que os sintomas osteomusculares representam um problema para esta categoria profissional.

Os resultados também mostraram que vários fatores individuais e ocupacionais podem estar relacionados com sintomas musculoesqueléticos nas diferentes regiões corporais. Verificou-se que professores mais novos, que não possuem uma união estável, sem filhos e com um tempo menor de atuação profissional estão mais sujeitos ao aparecimento de sintomas osteomusculares. Observou-se também que quanto menor o tempo de atuação profissional maior a chance do trabalhador apresentar o sintoma osteomuscular.

Afirmaram, então, que os dados encontrados são difíceis de serem explicados. Pois, espera-se que mulheres com filhos tenham mais responsabilidades, o que acarretaria numa dupla jornada de trabalho, significando, dessa maneira, uma maior sobrecarga física. Mas, supuseram que por não terem filhos, esses professores estariam aumentando suas cargas de atividades profissionais, acarretando em adoecimento. Assim, os resultados da pesquisa citada confirmaram a necessidade de novos estudos quanto aos aspectos psicossociais, ergonômicos e organizacionais do trabalho docente.

Apresentamos, na próxima subseção, algumas patologias que são mais incidentes aos dados do adoecimento dos professores que analisamos.

2.3 PATALOGIAS RELACIONADAS A VOZ E OUTRAS MAIS INCIDENTES AO ADOECIMENTO DOCENTE

Entre as queixas, citamos Kohen (1997), com estudos realizados pela Confederação dos Trabalhadores da Educação da Argentina, onde relata que entre as queixas de saúde mais frequentes encontra-se em problemas das cordas vocais, 38%; além dos distúrbios psiquiátricos com 34%; e problemas digestivos com 23%. Na Bahia, em 1997, o Centro de Saúde do Trabalhador (CESAT) realizou estudo da situação de 76 docentes atendidos no período de 1991 a 1995, revelando que 93,4% eram mulheres com idade entre 30 e 40 anos e que 46 educadores portavam doenças ocupacionais.

As doenças predominantes foram: calos nas cordas vocais (41,3%); rinosinusite (34,8%); asma (13%); lesões por esforços repetitivos (6,5%); dermatoses (2,2%); e varizes (2,2%). Maués *et al* (2012), sobre a pesquisa realizada no Par, apresentam como queixa dos docentes entrevistados, como causas de incomodo, os ruídos da escola e externos que os fazem aumentar o tom de voz, o que é prejudicial à saúde.

Dos entrevistados, 16% alegaram sentir cansaços diários na fala nas duas últimas semanas; 31% disseram sentir de vez em quando; e 53% disseram que não sentiram. O cansaço evidenciado pode ter ocorrido em razão das condições de ruído que enfrentaram, pois é comum

que os professores elevem seu tom de voz para serem ouvidos pelos alunos, o que é corroborado pelos estudos de Assunção (2010), que observou em Belo Horizonte que os professores redobram esforços para sobrepor a intensidade de sua voz aos ruídos da sala de aula. Situação convergente com as observações do Pará, onde 29% dos professores disseram que o ruído da sala de aula era elevado; 56% disseram que era razoável; 6% disseram que era desprezível; e 9% disseram que era insuportável. Ao redobrar o esforço para serem ouvidos, os professores elevam a intensidade de sua voz, fato agravado pela ausência de conhecimentos e/ ou de exercícios de imitação da voz, levando-os ao cansaço referido em relação à fala (MAUÉS *et al*, 2012).

Então, podemos inferir que as doenças de voz também configuram mais como queixas dos docentes do que como causas de afastamento de licenças saúde. Alguns cuidados que o professor deve destinar a sua voz são citados em textos do assunto, como: *A Ingestão Periódica de Água; O Controle do Tom de Voz e da Temperatura Ambiente*. Além dos cuidados aos riscos das infecções respiratórias que também contribuem para os problemas relacionados.

Em sua pesquisa, Ferreira (2011) afirma que a voz é, em primeiro lugar, o instrumento de trabalho para muitas categorias profissionais e que sendo assim, é necessário ter atenção à fisiologia e ao uso desse instrumento, para que fatores físicos e orgânicos não acarretem dificuldades na sua produção. Além de que, a voz deve também ser entendida como uma expressão do sujeito, uma vez que sutis variações de seus parâmetros revelam características pessoais e emocionais, determinando relações interpessoais, sendo que os efeitos dessas variações causam diferentes impactos nos ouvintes.

Ferreira (2011) apresenta ainda os fatores de risco dos distúrbios de voz relacionados ao trabalho que podem ser agrupados da seguinte forma: organizacionais e do ambiente do trabalho – jornada prolongada; sobrecarga, acúmulo de atividades ou de funções, falta de planejamento em relação ao mobiliário e aos recursos materiais; demanda vocal excessiva; ausência de pausas e de locais de descanso durante a jornada; falta de autonomia; ritmo de trabalho estressante; trabalho sob forte pressão; insatisfação com o trabalho e/ou com a remuneração; e ambientais, considerando os riscos físicos e ergonômicos: nível de pressão sonora acima de 65 dB(A), desconforto e choque térmico, ventilação inadequada do ambiente, riscos químicos (exposição a produtos químicos irritativos de vias aéreas superiores, a saber: solventes, vapores metálicos, gases asfixiantes, poeira e/ ou fumaça no local de trabalho) e riscos de acidente.

Este estudo, assim como outros já realizados, nos alerta para a compreensão de que as relações entre sintomas vocais e os aspectos organizacionais e físicos do ambiente de trabalho dos professores é fato a ser tratado pelos gestores governamentais para planejamento e ação de

políticas públicas voltadas a um ambiente adequado, organizado de forma que possa ser mais agradável a atividade laboral docente e até mesmo atrativa, evitando-se assim tantas omissões.

No estudo que realizamos, os distúrbios de voz e as doenças nas cordas vocais não foram as mais representativas na análise por categoria de agravo em relação ao quantitativo dos outros grupos, mas possui bastante relevância quando identificamos que os afastamentos ficam em média 30 (trinta) dias por licença saúde e correspondem a 391 dias, mais até que os dias de um ano letivo. Citamos as patologias relacionadas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Patologias relacionadas as doenças das cordas vocais

PATOLOGIA	QTD. LICENÇAS	DIAS DE AFASTAMENTO
J38 - doenças das cordas vocais.	2	60
J38 + J04 - doenças nas cordas vocais e laringite e traqueia agudas.	2	62
J38.2 - nódulos nas cordas vocais.	5	183
R49 – distúrbios da voz.	18	68
R49 + I10 – distúrbios da voz e hipertensão essencial primária.	1	1
R49.0 + J04 – disфонia e laringite e traqueia agudas.	1	17
TOTAL	29 licenças saúde	391 dias

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

As patologias associadas aos problemas na voz identificadas entre as 29 (vinte e nove) licenças saúde dos docentes da prefeitura municipal de Belém no ano de 2012 com 391 (trezentos e noventa e um dia de afastamento) são as doenças das cordas vocais, laringite e traqueia agudas, nódulos nas cordas vocais, distúrbios de voz e disфонia. Na análise dos agravos por CID de um total de 1.100 (um mil e cem) destes, os 40 (quarenta) mais incidentes por licenças concedidas temos:

Quadro 4 – Dados organizados por licenças concedidas

	CID	Licença Saúde	LS em %	DIAS AFASTAMENTO
1	NÃO INFORMADO	1056	19,41%	1960
2	CONSULTA MÉDICA	160	2,94%	169
3	I10	151	2,78%	283
4	A09	120	2,21%	234
5	R69	97	1,78%	275
6	ENDOSCOPIA	85	1,56%	85
7	J11	84	1,54%	168
8	B34.9	81	1,49%	129
9	J00	67	1,23%	109
10	M54.5	63	1,16%	276
11	Z01.4	55	1,01%	55
12	J04	50	0,92%	81

13	J02.9	49	0,90%	99
14	M54	48	0,88%	224
15	R51	46	0,85%	62
16	R53	43	0,79%	65
17	R10	38	0,70%	78
18	J03.9	37	0,68%	68
19	J02	37	0,68%	57
20	NÃO IDENTIFICADO	36	0,66%	49
21	K29.7	34	0,62%	61
22	Z54	33	0,61%	573
23	M54.4	32	0,59%	106
24	K08.1	32	0,59%	56
25	J11.8	32	0,59%	53
26	M54.2	31	0,57%	116
27	TRAT. ODONTOLÓGICO	30	0,55%	31
28	ILEGÍVEL	28	0,51%	84
29	M25.5	28	0,51%	51
30	K30	28	0,51%	30
31	Z76.3	27	0,50%	72
32	N39	27	0,50%	50
33	J03	25	0,46%	46
34	K04	25	0,46%	31
35	N20	23	0,42%	64
36	K29	23	0,42%	29
37	J20	22	0,40%	88
38	F32	21	0,39%	333
39	F33	20	0,37%	298
40	G43	20	0,37%	24

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Consideramos relevante o percentual de patologias “não informadas” que se referem aquelas que o médico não registra o CID da patologia no atestado médico. Destes, totalizamos 1.056 (um mil, cinquenta e seis) licenças saúde com 1.960 (um mil, novecentos e sessenta) dias de afastamento o que corresponde a 19,45% do total das licenças saúde no ano de 2012.

Em seguida, temos o CID I10 - hipertensão arterial - como o agravo de maior destaque. Depois das “não informadas”, este agravo relaciona-se a fatores genéticos e também estudos observacionais identificaram vários fatores ambientais associados à hipertensão, ao passo que estudos prospectivos demonstraram que é possível diminuir a Pressão Arterial (PA) por meio da manipulação destes fatores.

As recomendações do Dr. Schwartz sobre esta patologia partem das modificações do estilo de vida para a prevenção e o tratamento da hipertensão: perder peso (se estiver com sobrepeso); diminuir a ingestão de sódio para 2,4 g de sódio, 6 g de sal); intensificar a prática de exercícios aeróbicos (30 a 45 min/dia); limitar a ingestão diária de álcool a no máximo 30 ml (p. ex., 700 ml de cerveja, 300 ml de vinho, 60 ml de uísque ou no caso das mulheres e indivíduos mais magros, 15 ml; manter uma ingestão adequada de potássio; ingerir dieta rica

em frutas e verduras, contendo produtos com baixo teor de gordura e pobres quanto ao conteúdo de gorduras saturadas e totais; abandonar o tabagismo.

Alguns dos outros agravos também podem estar relacionados ao contexto profissional, tais como: a dor lombar baixa, laringite aguda, cefaleia aguda, mal estar, dorsalgia, fadiga, enxaqueca e episódios depressivos, dor lombar, mal estar, gastrite, lumbago com ciática e dor articular, segundo algumas pesquisas.

Apesar das pesquisas regionais e internacionais mais frequentes estarem relacionadas as doenças de voz dos professores, as relacionadas aos grupos de patologias que mais os acometem, indicam nos resultados que são as doenças osteomuscular e os transtornos mentais/depressão. Quando analisamos isoladamente por CID entre os mais incidentes por dia de afastamento, também temos esta confirmação.

Na subseção a seguir abordamos, além das patologias indicadas como mais incidentes e demonstradas em outras pesquisas, outras mais incidentes e algumas variáveis de cargo docente, de dias de afastamento, de licenças saúde concedidas; a relação do gênero e implicações ao processo educacional.

2.4 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ADOECIMENTO

Analisamos o quadro dos dados organizado por dia de afastamento e apresentamos as 40 (quarenta) com mais destaque entre as 1. 100 patologias. Conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 5 – Dados organizados por dia de afastamento

	CID	LS	DIAS AFASTAMENTO	DIAS EM %
1	NÃO INFORMADO	1056	1960	6,86%
2	Z54	33	573	2,00%
3	M51.1	19	539	1,89%
4	F20	5	389	1,36%
5	Z54.0 + C61	4	384	1,34%
6	F43.1	5	354	1,24%
7	F32.1	8	344	1,20%
8	M75.2	6	344	1,20%
9	M75.1	15	343	1,20%
10	G95.9	3	335	1,17%
11	F32	21	333	1,17%
12	F41.2	14	302	1,06%
13	M32	9	302	1,06%
14	F33	20	298	1,04%
15	J38.2	6	285	1,00%
16	I10	151	283	0,99%

17	M54.5	63	276	0,97%
18	R69	97	275	0,96%
19	C54	3	275	0,96%
20	Z54.0 + I20	2	265	0,93%
21	C34.9	2	259	0,91%
22	F31.5	3	255	0,89%
23	A09	120	234	0,82%
24	M51	11	230	0,80%
25	M54	48	224	0,78%
26	M23	18	219	0,77%
27	C49	2	217	0,76%
28	C18.9	2	213	0,75%
29	Z54.0 + M75.1	3	201	0,70%
30	S52.5	6	190	0,66%
31	F43.2	10	188	0,66%
32	M51.0 + G56.0	2	184	0,64%
33	I20 + I25	3	182	0,64%
34	CONSULTA MÉDICA	160	169	0,59%
35	J11	84	168	0,59%
36	Z42.1 + C50	2	168	0,59%
37	Z54.0 + M23	2	161	0,56%
38	F43.9	4	156	0,55%
39	F45.4 + F34.8	2	153	0,54%
40	I10 + I25.5 + I47.1 + E11	1	153	0,54%

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Identificamos ao final da análise quantitativa 1.100 (um mil e cem) CID's (ver APÊNDICE A) e um total de 5.441 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e uma) licenças saúde que representaram 28.579 (vinte e oito mil, quinhentos e setenta e nove) dias de afastamento dos professores da SEMEC/ Belém no ano de 2012, considerando apenas os cargos dos docentes.

De acordo com a Lei n. 7528/91 da Prefeitura Municipal de Belém assim compreendem os cargos do grupo magistério no qual se inclui os professores:

Art. 12. O Grupo Ocupacional de Magistério compreende as seguintes categorias funcionais:

I - Supervisor Escolar - MAG 07;

II - Orientador Educacional - MAG 06;

III - Administrador Escolar - MAG 05;

IV - Professor Licenciado Pleno - MAG 04;

V - V E T A D O;

VI - Professor em Estudos Adicionais - MAG 02

VII - Professor Pedagógico - MAG 01. (Grifos nossos).

Apresentamos o quadro dos cargos dos professores que solicitaram licença saúde neste período, sendo, então, 717 (setecentos e dezessete) professores licenciados o que corresponde a 50,39% do total dos cargos que solicitaram afastamentos. Faz se saber que na SEMEC/ Belém este cargo exerce atividade no Ensino Fundamental, pois não oferta o nível do Ensino Médio (competência Estadual). Os professores pedagógicos correspondem a 681 (seiscentos e oitenta

e um) servidores o que corresponde a 47,86% do total dos cargos que se afastaram. O cargo encontrado em menor quantidade foi o de Professor de Estudos Adicionais, 25 (vinte e cinco), correspondendo a 1,75% dos cargos.

No total afastaram-se para licença saúde 1.423 (um mil, quatrocentos e vinte e três) servidores docentes.

Quadro 6 – Professores afastados para licença-saúde

Cargos	Quantitativo numérico de professores	Quantitativo percentual de professores
Professor Licenciado	717	50,39%
Professor Pedagógico	681	47,86%
Professor de Estudos Adicionais	25	1,75%
Total:	1.423	

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Na análise de licenças saúde por cargo, identificamos que o professor pedagógico apresentou 2.915 (duas mil, novecentos e quinze) licenças o que correspondeu a 53,57%, sendo a maior quantidade de licenças; o professor licenciado 2.428 (duas mil, quatrocentos e vinte e oito) licenças o que corresponde a 44,62% e o de Professor de Estudos Adicionais 98 (noventa e oito) licenças o que corresponde a 1,81%.

No total, houve 5.441 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e uma) licenças saúde dos professores da SEMEC/Belém no ano de 2012, perfazendo uma média de 14,91 licenças saúde por dia o que demonstramos no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Licenças saúde concedidas relacionadas ao cargo de professor

Cargos	Quantitativo numérico de professores	Quantitativo percentual de professores
Professor Licenciado	2.428	44,62%
Professor Pedagógico	2.915	53,57%
Professor de Estudos Adicionais	98	1,81%
Total:	5.441	
Média diária:	14,91	

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Em dias de afastamentos no ano de 2012, contabilizamos 28.579 (vinte e oito mil, quinhentos e setenta e nove) dias de afastamento dos professores por licença-saúde, perfazendo

uma média de 78,30 professores afastados por dia (calculamos por 365 dias, sem identificar os dias letivos). Distribuídos por cargo⁷ de acordo com o Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Dias de afastamento por cargo

Cargos	Quantitativo numérico de professores	Quantitativo percentual de professores
Professor Licenciado	13.640	47,73%
Professor Pedagógico	14.481	50,67%
Professor de Estudos Adicionais	458	1,60%
Total:	28.579	
Média diária:	78,30	

Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Devemos ressaltar que, no geral, o cargo de professor pedagógico apresentou um maior quantitativo de licenças saúde, porém foram menos no quantitativo de cargos em relação ao professor licenciado e, no entanto, superou no quantitativo de dias de afastamento em relação ao professor licenciado. O cargo de professor, o “professor pedagógico” possui habilitação para desenvolver o seu trabalho com as crianças de menos idade, correspondendo aos níveis de Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, além da Educação de Jovens e Adultos (a PMB possui um quantitativo de turmas inferior as existentes nos outros níveis de ensino).

Podemos inferir que algumas características do desenvolvimento do trabalho do professor em creches como a relação do cuidar, em que o professor ou professora necessita abaixar-se na altura da criança, sentar-se em cadeiras baixas inapropriadas ao seu tamanho físico, realizar movimentos repetitivos e o fato de serem mais desvalorizados perante a sociedade têm implicações ao adoecimento físico e emocional destes. Assim como podemos deduzir a questão da indisciplina nos anos iniciais como fator relacionado ao adoecimento dos professores e professoras.

Outra questão é a predominância de mulheres nestes níveis de ensino. E os resultados dos estudos indicam uma relação entre gênero e cultura, em que as famílias ou mulheres optam por retardar o nascimento dos filhos, ou planejam apenas um ou dois filhos, vem ao encontro da realidade social brasileira relacionada ao profissionalismo feminino, assim como em outros países em desenvolvimento.

⁷ Sobre o provimento dos cargos de docência, consta na Lei 7528/91 (PMB), no cap. II, Art. 15. Será exigida a seguinte qualificação profissional; [...] IV - MAG 04 - Professor Licenciado Pleno - graduação específica em curso superior a nível de Licenciatura Plena; [...] VI - MAG 02 - Professor em Estudos Adicionais - graduação específica do curso de Magistério a nível de 2º grau, acrescida de Estudos Adicionais; VII - MAG 01 - Professor Pedagógico - graduação específica do curso de Magistério a nível de 2º grau.

A predominância da mulher na carreira do magistério e o fato de acrescentar-se às atividades domésticas, às demandas dos afazeres docentes, em que se faz necessário levar as atividades do trabalho ainda para casa nos dias de folga, finais de semana e feriados, podem contribuir para a intensificação do trabalho e adoecimento feminino que é também na SEMEC/Belém o gênero predominante e o que possui mais incidências nas licenças, conforme demonstramos no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Incidência de afastamentos por gênero



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

A análise da incidência por gênero⁸ (sexo feminino/ masculino) indicou a correspondência a **83% feminino** e a 17% masculino **do total das licenças saúde** que ocorreram em 2012.

Ao trabalharmos a questão do gênero fica evidente a articulação com a identidade da profissão que então está atrelada aos aspectos sócio-políticos e culturais.

As transformações, que se esboçam ao final do século XIX, abriram espaço, em nosso país, para o incremento da entrada das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho, sendo o magistério, na época para o nível de ensino chamado primário, uma das ocupações femininas socialmente aprovadas, então, os quadros docentes da escolarização inicial foram amplamente feminizados. Os discursos religiosos, biológicos e pedagógicos se articularam para naturalizar o magistério como “trabalho de mulher” (COSTA, 2006).

[...] do ponto de vista sócio-histórico, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX assinalaram grande vitalidade e valorização do magistério. Essa condição é atribuída ao fato de a escola e a instrução encarnarem o progresso, sendo os quadros docentes seus agentes principais. A renovação pedagógica instaurada pelo movimento da Escola Nova traz para o campo da educação conhecimentos sociológicos e psicológicos que contribuem para o estatuto científico do trabalho pedagógico,

⁸ Não conseguimos dados oficiais sobre o total de servidores docentes no ano 2012 e do quantitativo por gênero e por cargo.

fortalecendo sua importância e valorização social (NÓVOA, 1991). Inclusive a literatura registra o prestígio social e a remuneração expressiva das professoras que integram os quadros do magistério (SILVEIRA, 1994). Contudo, já na terceira década do século XX, emergem e se avolumam, em muitos países, indícios de declínio do status social da profissão do ensino, fenômeno que será analisado pela sociologia e interpretado por uma de suas correntes mais proeminentes como “**proletarização**” do **trabalho docente**⁹. (grifos nossos).

A proletarização no que se refere às condições de trabalho e ao “controle da profissão”, em nível da política cultural, por ser genuinamente feminina. Inúmeros estudos como de Costa (2006) seguem expondo e problematizando as conexões entre magistério e gênero feminino na política cultural da identidade.

Para contextualizarmos o trabalho docente é importante consideramos que as oportunidades de acesso ao cargo docente, via concurso público possibilitou para muitos ampliar a jornada de trabalho ao acumular cargos. Condição muitas vezes inerente à vontade, necessária por questões salariais, porém comprometedora à saúde dos professores e a educação dos alunos.

Art. 25- A jornada de trabalho do Supervisor Escolar, do Orientador Educacional, do Administrador Escolar e do Professor, com exercício em Unidades Escolares ou nos níveis departamentais da Secretaria Municipal de Educação, poderá ser de vinte, vinte e quatro, trinta, quarenta ou quarenta e oito horas/aulas por semana. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1991)¹⁰.

Considerando que o grupo magistério pode acumular cargos desde que haja compatibilidade de horários não é desconhecimento da sociedade que os professores e outros da carreira do magistério tenham até tripla jornada de trabalho o que pode contribuir para o desenvolvimento das patologias que adquirem.

A intensificação e a precarização do trabalho docente têm sido apontadas por diversos autores, como Oliveira (2003) e Maués *et al* (2012), como causadores do adoecimento docente o que podemos associar a certas patologias de acordo com a literatura.

Para a análise dos cargos docentes, gêneros, licenças saúde e dias de afastamento, contabilizamos inicialmente por Distrito, para então chegarmos aos dados gerais do município relacionados aos docentes.

Por Distrito, constatamos algumas variações entre as predominâncias dos cargos docentes, licenças saúde e dias de afastamento. Porém, em relação à predominância de gênero, não percebemos alterações, sempre predominando o gênero feminino. Conforme apresentamos os resultados dos dados por distrito nos gráficos a seguir:

⁹ Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=5>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2014.

DISTRITO DÁGUA

Gráfico 3 - Licenças por gêneros

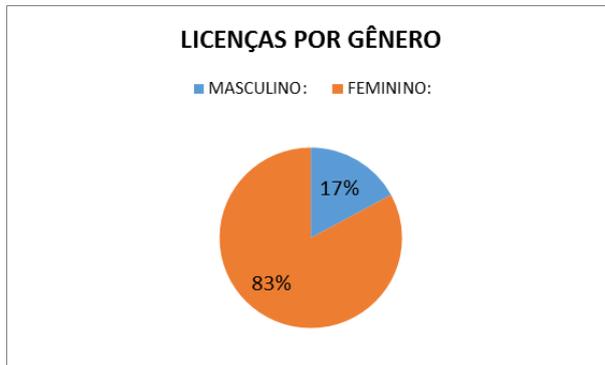
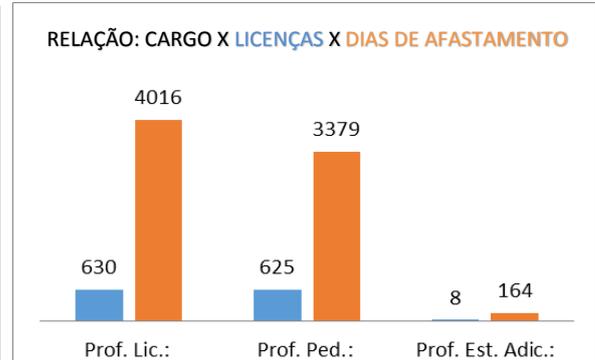


Gráfico 4 - Relações



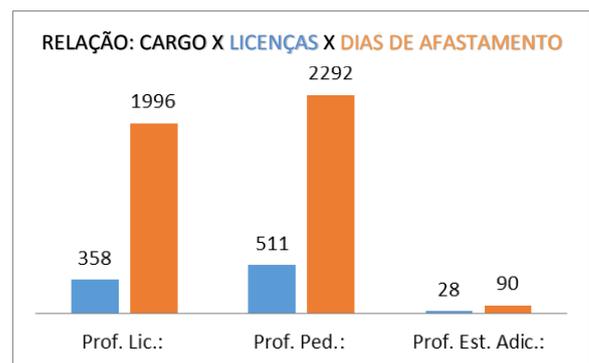
Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DABEN

Gráfico 5 - Licenças por gêneros



Gráfico 6 - Relações



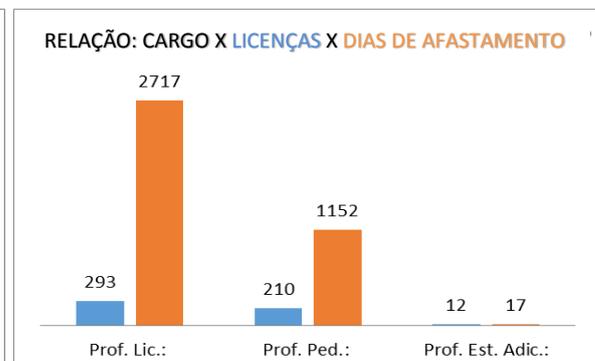
Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DABEL

Gráfico 7 - Licenças por gêneros



Gráfico 8 - Relações



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DASAC

Gráfico 9- Licenças por gêneros

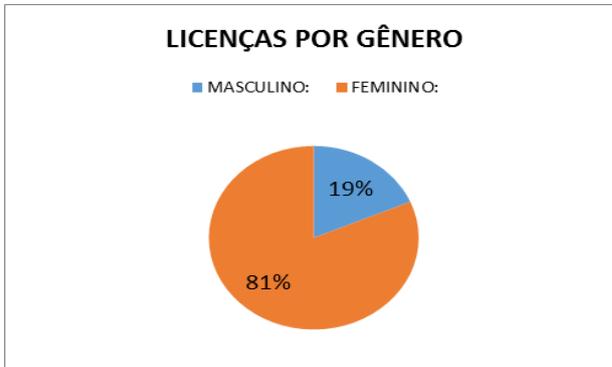
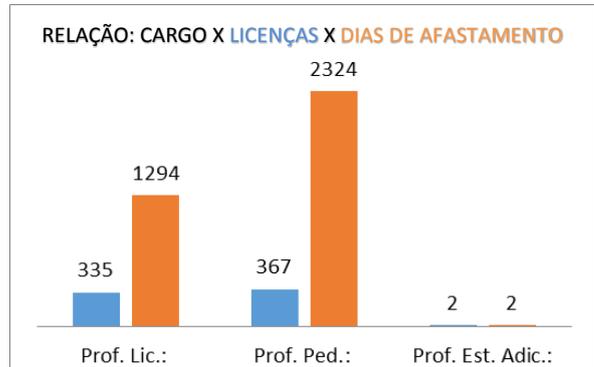


Gráfico 10 - Relações



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DAENT

Gráfico 11- Licenças por gêneros

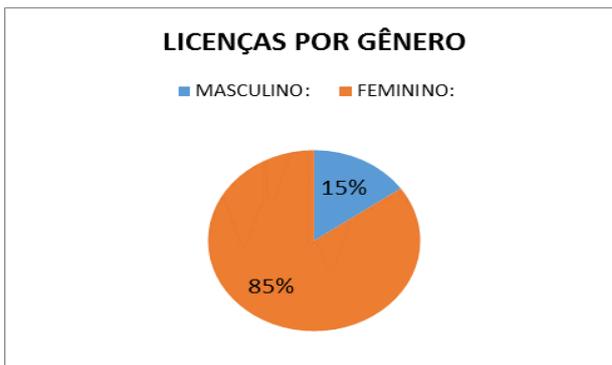
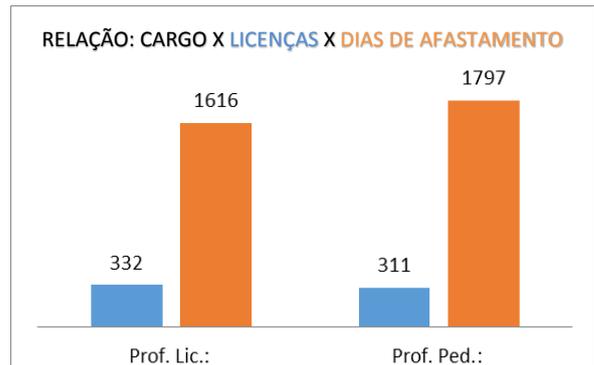


Gráfico 12 - Relações



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DAICO

Gráfico 13- Licenças por gêneros

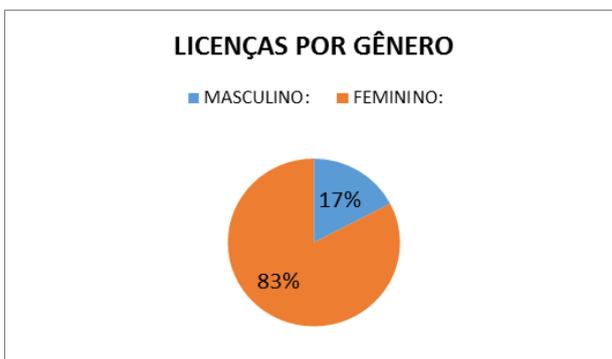
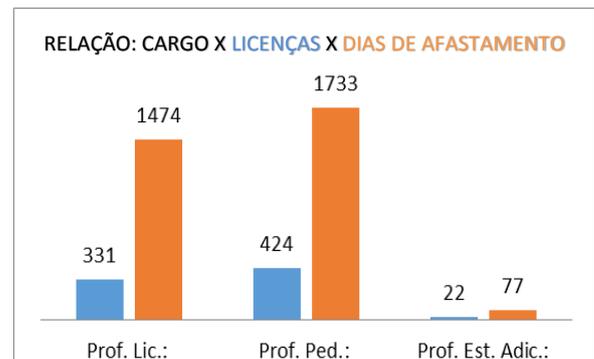


Gráfico 14- Relações



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DAMOS

Gráfico 15- Licenças por gêneros

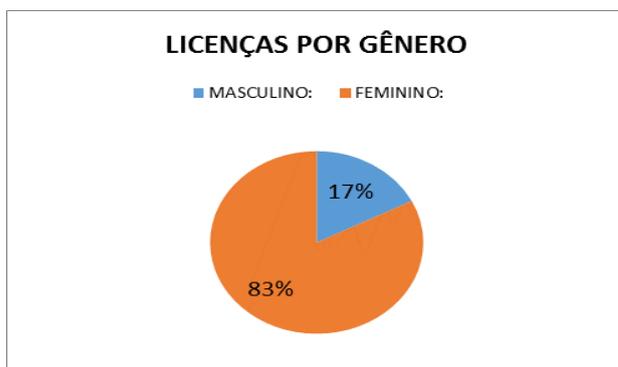
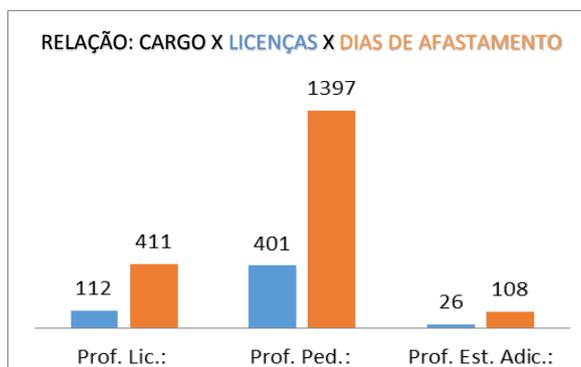


Gráfico 16- Relações



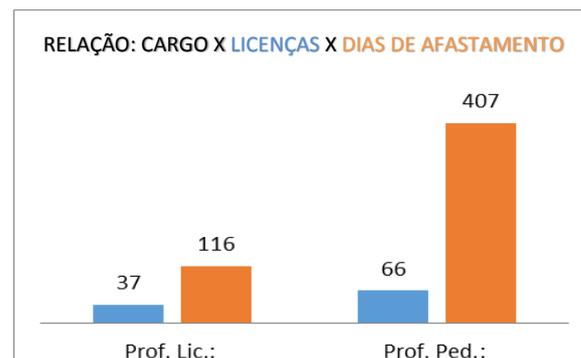
Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

DISTRITO DAOUT

Gráfico 17- Licenças por gêneros



Gráfico 18- Relações



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados do NAST/SEMEC, 2012.

Essas informações demonstram as dificuldades que devem ocorrer no cotidiano da escola, com prejuízos diretos e indiretos, relacionados ao fazer pedagógico, às relações que se estabelecem entre docentes e educandos, a gestão e a organização da educação, considerando também os trâmites necessários as substituições temporárias dos professores adoentados. Isso porque o sistema público tem critérios e procedimentos burocráticos, muitas vezes, passíveis da morosidade que requer (ou não), agregando, assim, mais prejuízos ao processo de ensino e aprendizado das crianças, jovens e adultos.

As substituições temporárias no município nos casos das licenças saúde podem ocorrer quando mais de 15 dias de atestado médico, seja por docentes efetivos ou contratados, de acordo com os encaminhamentos da Secretaria. Assim, é impossível precisarmos o reflexo quantitativo ao processo de ensino-aprendizagem. Isso considerando que não existe o cargo/função de “professor volante” (destinado a substituição de “professores titulares” ausentes/

afastados), comprometendo a nosso ver a gestão e a organização dos trabalhos nas Unidades de Ensino.

Apesar de não ter como precisar, delimitar os prejuízos causados a Educação por tratar-se de um processo não materializado, mensurável, pesquisas realizadas apresentam uma ideia das consequências, inclusive, econômicas que giram em torno desta problemática:

[...] ainda faltam quatro meses para o fim do ano, mas o governo já perdeu mais de R\$ 70 milhões com atestados médicos apenas na Secretaria de Educação. O dinheiro foi gasto com salários pagos a servidores que apresentaram quase 30 mil pedidos para deixar de trabalhar porque estavam doentes. Só essas licenças custaram R\$ 50 milhões. Soma-se a isso o fato de que, a cada licença de professor, um temporário(1) deve ser convocado para substituí-lo na escola, totalizando um custo extra de R\$ 20 milhões. Para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo dos excessos de licenças nas contas do Distrito Federal, com esse dinheiro seria possível construir e mobiliar 14 escolas ou ainda fazer 23 obras de duplicação de viadutos como os que ligam o Eixo Sul ao Balão do Aeroporto de Brasília. (CORREIO BRAZILIENSE)¹¹.

Os resultados das avaliações externas (considerada fator de intensificação ao trabalho docente segundo a literatura atual) realizadas pelo Governo federal, estadual, municipal e então pelo próprio município de Belém, mostram que a trajetória escolar das crianças que convivem com a ausência constante de docentes adoentados (quando não são eles mesmos os ausentes por falta de incentivo e apoio das famílias) provavelmente não terá o mesmo desempenho de um planejamento e processo de ensino-aprendizado com menos interrupções.

Assim, por fazer parte do plano da Secretaria estas avaliações, buscamos o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Belém realizado em 2013, ano conseguinte aos dos dados analisados neste estudo que demonstram que no Ensino Fundamental, anos iniciais, o IDEB diminuiu 0.3 em relação ao anterior (2011), apesar de ter atingido a meta projetada para 2013.

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Quadro 9 – Anos iniciais - 4º série/ 5ºano

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
BELEM	3.0	3.4	3.9	4.4	4.1	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

Fonte: INEP.

¹¹ Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/.../index.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Enquanto que no Ensino Fundamental, anos finais, o IDEB elevou a pontuação em 0.1 em relação ao anterior (2011). Porém, não atingiu a meta projetada para 2013 que era de 4.0 pontos.

Quadro 10 – Anos finais - 8º série/ 9ºano

Município ⚡	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ⚡	2007 ⚡	2009 ⚡	2011 ⚡	2013 ⚡	2007 ⚡	2009 ⚡	2011 ⚡	2013 ⚡	2015 ⚡	2017 ⚡	2019 ⚡	2021 ⚡
BELEM	3.1	3.2	3.5	3.7	3.8	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1

Fonte: INEP.

Nos quadros, os resultados marcados em verde identificam quando o IDEB atingiu a meta projetada.

Utilizamos essas informações para discutir os alcances que podem vir a repercutir a descontinuidade do planejamento escolar em virtude do adoecimento docente e acrescentamos a estas as demais justificativas que podem vir a ocorrer e inúmeras problemáticas então provenientes. Assim, diante dos mais de 28.000 dias de afastamento dos docentes da Rede Municipal de Ensino cabe à sociedade, aos gestores, aos próprios sujeitos docentes, as organizações representativas e afins refletirem e buscarem saídas para que este quadro retroceda.

Enfim, elencamos algumas considerações finais, mas que não podem finalizar o estudo e a discussão a que nos propomos, visto que não são suficientes e nem esgotam todas as possibilidades de análise deste quadro do adoecimento a que a Educação, assim como a sociedade vem a ‘sofrer’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho docente, considerando a égide do sistema econômico no qual os sujeitos envolvidos na relação educativa estão suscetíveis, entre estes a sobrecarga de trabalho, a intensificação, a ausência de material e de recursos didáticos, a precarização, a clientela desassistida – nos faz refletir para a lógica que então permeia a atividade laboral docente e o sistema educativo.

Quanto às causas das licenças saúde que levaram os professores da Secretária Municipal de Educação de Belém a se afastarem do trabalho docente, no período de janeiro a dezembro de 2012, os resultados do estudo mostraram a relação entre as patologias e o trabalho docente diante de inúmeros estudos e afirmativas da complexidade deste trabalho. Citamos no desenvolvimento do estudo as patologias mais incidentes vinculadas ao sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, doenças do aparelho respiratório – voz, transtornos mentais e comportamentais, além dos fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde.

Sobre os aspectos emocionais Nóvoa (2002, p.172) afirma que: “[...] a atividade docente caracteriza-se igualmente por uma grande complexidade do ponto de vista emocional. Os professores vivem num espaço carregado de afetos, de sentimentos e de conflitos”.

Então, como os docentes irão lidar no seu cotidiano com estas complexidades ou como serão capazes de suportar, às vezes, inúmeras dificuldades, além de sobrecargas e intensificação dos trabalhos que podem vir a constituir condição ao adoecer ou ao prazer na atividade laboral. Apoiamo-nos em Dejours (1992), quando afirma que o trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental, quanto levar os sujeitos a desenvolverem algum distúrbio patológico.

O trabalho, a partir dessa perspectiva, tanto favorece o surgimento da doença quanto o da saúde, considerando-se também os aspectos da vida pessoal, social e dos saberes cotidianos que são independentes ao saber acadêmico/profissional. Por isso:

[...] os professores utilizam, em suas atividades cotidianas, conhecimentos práticos provenientes do mundo vivido, dos saberes do senso comum, das competências sociais. Suas técnicas não se apoiam nas ciências ditas positivas, mas, sobretudo nos saberes cotidianos, em conhecimentos comuns, sociais, baseados na linguagem natural. (TARDIF; LESSARD, 2012, p.136).

Atentamos ainda que esta análise dos afastamentos por licença saúde não constitui a totalidade das unidades educativas realizadas anualmente. Isso ocorre porque não são enviados, mensalmente, os atestados e as declarações dos servidores.

Consideramos que seria interessante analisarmos também a situação dos agravos – fatores contribuintes e formas preventivas ao caso dos professores que são “readaptados” a novas funções, em virtude de adoecimentos comprometedores ao exercício do trabalho docente, quando solicitado em perícias médicas – que trazem prejuízos à vida do próprio sujeito e ao sistema como um todo, e são significativos na área da educação.

Sugerimos, ao depararmos com as dificuldades deste estudo, que a Secretaria padronize o formato das planilhas com as siglas dos cargos, motivo da licença etc. e com todas as informações preenchidas (matrículas, CID, período, tempo de serviço etc.), visto que isso, na realização dos levantamentos anuais, pode comprometer a fidedignidade dos resultados e o tempo para o estudo/trabalho do operador do sistema. Então, o aperfeiçoamento do sistema do NAST/SEMEC torna-se necessário.

Pela nossa percepção, a permanência de professores com reincidentes afastamentos para tratamento de saúde na sala de aula prejudica, além dos próprios servidores, também o sistema da gestão do ensino e o processo de ensino e aprendizagem das crianças.

O professor de *Psicologia da Educação* da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Antônio César Frasseto concorda. Segundo ele, durante a formação, o professor passa por muitas ilusões. "Quando ele chega à ponta, a situação é complexa. É preciso que haja interesse das secretarias em saber dessas doenças". (CORREIO BRAZILIENSE)¹².

Torna-se então necessário a elaboração de políticas públicas de prevenção aos fatores que podem favorecer o adoecimento docente, desde questões estruturais dos espaços, as organizacionais do trabalho, as salariais, as de jornada, as de carreira e orientação aos cuidados dos próprios docentes para com a sua saúde física e mental.

E assim, entre as medidas, sugerimos que o IPAMB junto a SEMEC e SEMAD, assim como outras secretarias relacionadas, deveriam realizar um planejamento articulado com essas previsões e ações, realizando medidas preventivas com fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos para os servidores nas escolas, buscando também parcerias com universidades e sindicatos que estejam de fato interessados em contribuir com a temática. E inclusive a criação de leis que garantam a prevenção a saúde dos docentes seria plausível.

Consideramos importante a inclusão de disciplina na formação inicial docente sobre a profissão docente que incluam aspectos diversos da profissão, inclusive sobre a saúde/adoecimento.

¹² Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/.../index.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A escolha pessoal da profissão e a formação para a docência também exercem papel fundamental para que a “desilusão” de uma realidade contraditória não seja motriz para o absenteísmo da prática profissional em que, muitas vezes, se tem como alicerce os atestados médicos como “fuga” e “descanso” dessa realidade.

Na formação, ao tratarmos de questões, como: a ergonomia, os esquemas corporais, o uso adequado da voz, as relações interpessoais, o relacionamento professor e aluno, o professor e a comunidade intra/ extra escolar, exercitando o futuro profissional docente para deparar-se com as características do trabalho polissêmico que então se exige, consideramos que podia-se minimizar as dificuldades e conflitos dos profissionais com os estudos dessas temáticas e estágios docentes com supervisão acadêmica anteriores a essa prática. Por isso:

[...] as diferenças devem ser afirmadas, pois encerram condições objetivas de produção dos sujeitos a partir das quais foram estabelecidas maneiras de perceber e de classificar o mundo. O caráter polissêmico do trabalho docente não deve, entretanto, servir de pretexto para o imobilismo das instituições responsáveis pela formação dos professores e das professoras (as administrações públicas, as universidades e os sindicatos). Ela deve constituir o eixo para a definição de políticas públicas orientadas para a valorização social do ensino, em seus numerosos sentidos. (Zaelis apud Tardif; Lessard, 2012, p.65-66).

Então, para a discussão sobre a valorização do magistério e a busca de alternativas à precarização do trabalho docente. Algumas condições seriam necessárias:

[...] entre outras, gostaríamos de ressaltar a parceria e a pesquisa, como duas forças capazes de mobilizar situações concretas, de ajudar a recuperar o prestígio das funções docentes e reverter a tendência histórica que vem diminuindo a importância dos professores na sociedade¹³.

A discussão de parcerias em teses como a de Foerste (2002), em que o malgrado dos problemas educacionais ainda por serem resolvidos, especialmente a valorização social do trabalho docente, o eixo principal das mudanças estaria na formação inicial. O termo "parceria" refere-se à integração entre Estado, agências formadoras e instituições contratantes, aproximando a teoria e a prática, mas não pela simples "simetria invertida", como propõe a legislação sobre a formação de professores, na qual a formação inicial fica reduzida para dar espaço aos saberes pragmáticos do mercado de trabalho.

Pela parceria, não se está simplesmente responsabilizando os indivíduos por sua formação, como ocorre geralmente sob a perspectiva das competências e da empregabilidade, como questiona Dubar (2002), mas procurando maior integração entre as instituições implicadas no desenvolvimento profissional dos professores¹⁴.

¹³ (LUDKE; BOING, 2004). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400005>>. Acesso em: 30 out. 2014.

¹⁴ (LUDKE; BOING, 2004). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400005>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Outras análises quanti-qualitativas, como: a faixa etária, o tempo de serviço, a carga horária de trabalho, a identificação de professores com reincidentes afastamentos por licença saúde, a readaptação por laudo médico, as condições de trabalho, a carreira, a formação, entre outras questões, podem contribuir com a caracterização entre trabalho e adoecimento.

Enfim, a complexidade do trabalho docente e além, a da gestão do Sistema de Ensino, revelam por esses dados do afastamento, por justificativa de licenças saúde, que ainda é preciso realizar e aprofundar estudos que possam inferir em discussões e debates para a criação de políticas públicas, com o engajamento comprometido de representatividades docentes. Assim como da consciência dos próprios sujeitos ao comprometerem-se com um tempo disponibilizado ao trabalho que afeta a saúde.

Nesse sentido, lutar pela educação pública de qualidade implica também lutar pela saúde, parafraseando Dejours (1994), dizemos que a saúde para cada homem, mulher ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem estar físico, psíquico e social.

Esperamos que os resultados deste estudo possam provocar o redimensionamento das ações sobre as inspeções de saúde e a emissão de atestados médicos, possibilitando que estudiosos do assunto tenham condições de dar a esses dados um tratamento eficaz para contribuir com as mudanças necessárias na promoção da saúde dos professores e que possa contribuir para a qualidade do ensino e aprendizado dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro; Garamond, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, T. M.; PARANHOS, I. S. Interface entre trabalho docente e saúde de uma instituição de nível superior. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 103-124.

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ASSUNÇÃO, A. A. Adoecimento. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD.

_____; BARRETO, S. M.; GASPARINI, M. S. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago., 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, 1945. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo; Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. IBGE. **Perfil dos estados brasileiros**, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. 2001. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de burnout: o stresse ocupacional do professor**. Canoas: Ed. Ulbra, 2010.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARNEIRO, V. L. et al. Políticas de avaliação e autonomia do trabalho docente na educação básica no Pará. In: MAUÉS, O. et al. **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 117-132.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

CORRÊA, V. Resignificar a profissão docente do professor trabalhador na sociedade capitalista: questões para debate. In: D'ÁVILA, M. C.; VEIGA, I. P. A. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-58.

CORREIO BRAZILIENSE. **Só em 2009, professores da rede pública apresentaram mais de 30 mil atestados**. Brasília. Disponível em:

<www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/.../index.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. **Transtornos afastam docentes das salas de aula**. Data da veiculação. Brasília. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/.../index.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2014.

COSTA, M. V. (Org.) **O magistério na política cultural**. Canoas: Ulbra, 2006.

CURY, C. R. J. **A educação básica no Brasil**. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

D'ÁVILA, M. C.; SONNEVILLE, J. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial. In: D'ÁVILA, M. C.; VEIGA, I. P. A. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2012.

DEJOURS, C. et al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, A.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 93-124.

FERREIRA, L. P. A violência na escola e o distúrbio de voz dos professores. **Distúrbio comum**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.167-172, ago. 2011.

FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores: do conceito à prática**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.rioei.org/deloslectores/554Foerste.PDF>. Acesso em: 14 fev. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOHEN, J. A. Nuevas relaciones laborales y salud de los trabajadores em Argentina. Desafios y perspectivas para la investigacion. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 47-57, abr. 1997.

KUENZER, A. Z.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades**. Campinas: Papirus, 2009.

LIMA, M. A. de. **Então eu caí no magistério: o mal estar docente e a psicanálise**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/Mônica_Annes_de_Lima-ME.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2014.

LEITE, M. D. E. P.; SOUZA, A. N. de. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil - Estado da Arte**. São Paulo: Fundacentro/Unicamp, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÈ, M. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.

_____; BOING, L. A. **Dossiê “Globalização e educação: precarização do trabalho docente”**. II. Educ. Soc., v.25, n.89, Campinas, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400005>>. Acesso em: 30 out. 2014.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANCEBO, D. Agenda de Pesquisa e opções teórico metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n. 99, p.466-482, fev. 2007.

MARTÍNEZ, D. Estudos do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 75-86.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAUÉS, O. et al. **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MEDEIROS, L.; REIS, M. I. A. Condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde dos docentes. In: MAUÉS, O. et al. **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 75-91.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA JR., W. P.; TAVARES, P. H. Condições de trabalho e formação docente em cinco municípios do Pará. In: MAUÉS, O. et al. **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 133-152.

NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). **Musculoskeletal disorders and work place factors**. Cincinnati: Bernard EP, 1997.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD.

_____. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 89, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: _____. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.

_____. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: _____. ROSAR, M. F. F. (Org.) **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 125-143.

OLIVEIRA, I. A. de. **Filosofia da educação: reflexões e debates**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINI, M. E. Profissão docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Lei n. 7528/91**. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2014.

SILVA, M. G. F; FERNANDES, M. J. S. **As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo: mais uma armadilha das reformas educacionais neoliberais? Anais...** Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000300005&script=...>. Acesso em: 26 jun. 2013.

TAMEZ, G. S.; PÉREZ, D. J. **El trabajador universitario: entre el malestar y la lucha**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/04.pdfhttp>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. M.; LESSARD, C. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, E; OLIVEIRA, I.A de; MARCONDES, M.I (Org.). **Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, I. P. A. **A aventura de formar professores**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012.

WEBGRAFIA

<http://drauziovarella.com.br/letras/b/sindrome-de-burnout/>

http://paginas.uepa.br/mestradoeducacao/index.php?option=com_content&view=article&id=7:-formacao-de-professores-&catid=3:linhas-de-pesquisa&Itemid=8

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/03.pdf

<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=5>

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABm5QAG/conceito-saude-doenca>

<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=5>

<http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>

http://www.medicinanet.com.br/conteudos/acp-medicine/5045/hipertensao_-_gary_1_schwartz.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm

<http://www.saude.sc.gov.br/cgi/sim/dydescr2.htm>

<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.php?action=AreaInteresse.siteHistorico>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro Geral ¹⁵ dos Agravos

CID	LS	DIAS AFASTAMENTO
A01.9	1	1
A03	1	1
A03 + R11	1	1
A04	8	9
A04.8 + I10	1	2
A04.9	4	8
A05	1	1
A05.8	1	1
A05.9	1	3
A07.1	1	1
A08	2	3
A08.4	2	2
A09	120	234
A90.2	1	1
A92.9	1	2
ANGIOFLURESCENOGRRAFIA	1	1
ATENDIMENTO MÉDICO	13	13
ATIVIDADES LABORATIVAS	2	2
Aval. Bucomaxilofacial	1	6
B00	1	1
B00.9	1	3
B02	2	12
B09	1	3
B15	1	3
B20	1	15
B24.9 + A09	2	4
B30.9	1	2
B33	1	1
B33 + A09	1	1
B34	18	46
B34.3	1	1
B34.5	1	1
B34.8	1	1
B34.9	81	129
B34.9 (A90)	1	15
B34.9 + A09	3	11
B34.9 + I10	1	3
B34.9 + R51 + A09	1	10
B86	3	4
B99	2	4
BRONQUITE AGUDA	1	2
C03 + R09	1	4
C11	2	2
C18.9	2	213
C22	1	15
C23.9	1	5
C34.9	2	259
C41.2	1	1
C49	2	217
C50	1	1

¹⁵ O quadro geral dos agravos foi elaborado fidedigno as planilhas do NAST/SEMEC

C53	1	93
C53.9	1	1
C54	3	275
CAMPO VISUAL	1	1
CATETERISMO CARDÍACO	1	2
CIRURGIA	6	85
CIRURGIA DERMATOLÓGICA	3	3
CIRURGIA ODONTOLÓGICA	6	21
CIRURGIA OFTALMOLÓGICA	3	26
CIRURGIA PALPEBRA	1	15
CÓLICA RENAL	1	3
COLONOSCOPIA	5	6
COLOSCOPIA	2	2
CONSULTA MÉDICA	160	169
CONSULTA ODONTOLÓGICA	7	7
CONSULTA OFTALMOLÓGICA	4	4
CONSULTA ORTONTICA	1	1
CONSULTA PSICOLÓGICA	1	1
CONSULTA PSIQUIÁTRICA	1	1
CUIDADOS MÉDICOS	1	3
CUIDADOS ODONTOLÓGICOS	1	1
D17.0	1	2
D21	1	3
D22.9	3	13
D25	8	73
D25 + Z54.0	2	60
D25.1	1	3
D25.2	1	45
D25.5	3	3
D25.9	5	110
D29	1	1
D49.0	1	1
D50.1	1	1
D59.0	1	1
D59.1	1	1
D64.9	1	1
DOAÇÃO DE SANGUE	1	1
DORES E LIM.FUNC.	1	1
E01.1	1	1
E03	9	11
E03.9	1	5
E04	3	3
E05	2	2
E10	5	7
E10.5	1	2
E10.8	2	3
E11	9	10
E11 + I10	1	1
E11 + I10 + H18.6 + K72.9 + K74.6	1	120
E11.7	2	2
E11.8	2	20
E11.8 + Z54	1	15
E11.9	3	3
E11.9 + E78.0	1	1
E11.9 + J02.9	1	2
E14	12	14
E14 + I10	4	9
E14 + K30	1	2

E14.7	1	3
E14.9	2	3
E60.0 + J10.0	1	3
E65	1	3
E66	10	14
E66 + I10	1	1
E66.8	2	16
E78	3	3
E78.0 + E78.1	1	2
E88.2	1	1
ENDOSCÓPIA	85	85
ENXAQUECA	2	3
Estresse	1	3
EXAME DE COLOSCÓPIA	1	1
EXAME DE MAPA 24H	1	1
EXAME OFTALMOLÓGICO	4	4
EXAMES CARDÍACOS	1	2
EXAMES LABORATORIAIS	2	2
EXAMES MÉDICOS	6	6
EXTRAÇÃO DE DENTE	1	2
F02.9	1	2
F06.4	1	5
F08	2	2
F10.0	1	1
F20	5	389
F29	2	94
F31	12	138
F31 + Z73.0	1	60
F31.2	1	15
F31.3	1	5
F31.4	1	92
F31.5	3	255
F31.6	2	90
F31.9	2	32
F32	21	333
F32 + F40	3	90
F32 + F42	1	32
F32 + F43	1	91
F32.1	8	344
F32.2	1	30
F32.3	1	59
F32.9	1	1
F33	20	298
F33.1 + F41.0	1	30
F33.2	1	30
F33.2 + I00	1	20
F34 + F54.4	1	60
F34.8 + F07.9	1	91
F39	3	38
F40	1	2
F41	9	102
F41.1	2	45
F41.1 + F33.2	1	92
F41.1 + G44.2	1	2
F41.2	14	302
F41.9	17	21
F41.9 + I0	4	4
F42.0	1	30

F43	8	93
F43.1	5	354
F43.2	10	188
F43.2 + F33.2	1	60
F43.2 + F33.2 + Z10 + E14	1	30
F43.9	4	156
F45.4 + F34.8	2	153
F51	1	1
F53	1	1
F54.9	1	1
F72	1	1
F80	4	4
F81	1	30
FARINGITE	1	2
FISIOTERAPIA	5	5
FISIOTERAPIA MOTORA	1	15
FONOAUDIOLÓGICO	1	1
FONOTERÁPICO	2	2
Furúnculo + R53	1	1
FRATURA NASAL	2	14
G01	1	9
G02.0	1	45
G18.0	1	3
G34.9	1	1
G40 + M50	1	30
G40.3	3	3
G43	20	24
G43.9	8	10
G43.9 + I10	1	3
G44	4	86
G44.8	1	3
G45.4 + F34.8	1	123
G51.0	2	8
G53.0	1	2
G56.0	13	102
G56.0 + M23	1	62
G56.0 + M50.1 + M51.0	1	93
G56.0 + M50.8	1	20
G56.0 + M54.2	1	3
G56.0 + M65.8	1	15
G56.0 + M65.8 + M75	1	15
G56.0 + M72.2 + M25.5	1	2
G56.6	1	1
G66 + Z54.0	2	45
G82.1	2	2
G95.9	3	335
GINECOLÓGIA	1	5
GRASTRITE	1	4
H00	1	2
H01	1	1
H01.8	1	3
H02	1	3
H02.3	1	14
H09	2	3
H10	8	22
H10.1 + H02.4	1	1
H10.2	11	15
H10.3	1	1

H10.9	2	5
H11.0	5	28
H11.3 + C50.1	1	3
H12	1	4
H16.1	5	5
H17.0	1	2
H19	1	1
H20	1	1
H25	4	76
H25.1	3	93
H25.5	1	1
H26.4	1	1
H29	2	6
H30	1	1
H36 + H52	1	1
H40	11	11
H40.2	1	3
H50	2	17
H52	9	11
H52.1 + H52.4	2	2
H52.2 + H52.1	1	1
H52.2 + H52.4	1	1
H52.4	3	4
H52.9	2	2
H53.4	1	60
H53.9	1	1
H60	2	2
H60.0 + J03.9	1	2
H60.4	1	1
H60.9	2	3
H62	1	1
H66	1	1
H81	3	12
H81.3	3	6
H82 + J45	1	2
H83	10	18
H92	2	2
H95.9	1	113
HEMODIÁLIZE	1	2
HEMORRAGIA GENITAL	1	30
I00	4	5
I02	2	5
I02.9	3	5
I03.0 + I73.2	1	2
I04.0	1	1
I06	1	1
I09	1	1
I10	151	283
I10 + I64	1	14
I10 + I25.5 + I47.1 + E11	1	153
I10 + A09	1	1
I10 + B34.9	2	5
I10 + B94	1	3
I10 + E03.8	1	1
I10 + E11	3	4
I10 + E11 + J18	1	5
I10 + E11.1 + A09	1	2
I10 + E14	2	4

I10 + E14 + M15.9	1	15
I10 + F32	1	3
I10 + GASTRITE AGUDA	1	2
I10 + H19	1	2
I10 + I20	1	1
I10 + I49.4	1	5
I10 + K29.7	1	2
I10 + M10 + R51	1	15
I10 + M27.7	1	1
I10 + R06	1	2
I10 + R11	2	3
I10 + R51	1	2
I10 + R53	6	7
I10 + R59	1	2
I10.2	1	1
I10.3	1	16
I10.4	1	2
I11	5	6
I11 + R53	1	3
I11.9	1	1
I12	1	2
I15 + I10	2	5
I20	1	12
I20	2	10
I20	6	28
I20 + I25	3	182
I20 + I25.5	1	71
I23	1	3
I25.1	1	2
I25.5 + E11 + I10	1	122
I27	1	1
I29	1	2
I30.9	1	3
I37	2	33
I47	1	1
I49.4	1	1
I49.9	1	1
I50	1	1
I50.9	1	3
I57 + I82	1	1
I60	1	2
I78.1	1	1
I81.6	1	1
I81.9	1	1
I83.9	7	50
I83.9 + I78.9	1	2
I84	1	1
I84.2	1	7
I84.4	2	2
I84.9	1	1
I88.7	1	1
ILEGÍVEL	28	84
IMPLANTE ORAL	2	6
INFECCÃO INTESTINAL	1	2
INFECCÃO OPERATÓRIA	1	30
INFLAMAÇÃO OCULAR	1	2
J0.8	1	1
J00	67	109

J00 + J01	2	6
J00 + J03	2	3
J00 + J06.9	1	2
J00 + J30	2	3
J00 + J30 + J06.0	1	1
J01	17	22
J01 + J03.9 + J40	1	3
J01 + R50	1	1
J01.0 + I10 + R11	1	2
J01.1	2	2
J01.4	1	1
J01.9	13	25
J01.9 + I10	1	4
J01.9 + J02.9	1	3
J01.9 + J04.2	1	5
J02	37	57
J02 + J03	1	3
J02 + J11 + E14	1	1
J02 + J42	1	2
J02.3	5	11
J02.9	49	99
J02.9 + J21.9	6	17
J02.9 + K29.7	1	2
J03	25	46
J03.1	1	1
J03.5	1	1
J03.8	2	5
J03.9	37	68
J03.9 + J02.9	1	3
J03.9 + J11.1	1	3
J03.9 + R00	1	3
J03.9 + R50.0	1	2
J04	50	81
J04.0 + B34.9	2	4
J04.2 + I42	1	3
J04.2 + J12	1	1
J05.9	1	5
J06	9	12
J06 + E11	1	2
J06.0	5	22
J06.5 + J39	1	1
J06.9	7	13
J09	1	1
J09.3	1	2
J10	16	37
J10 + J37	1	1
J10 + K29	1	2
J10.1	2	6
J11	84	168
J11 + J02	2	5
J11 + J20	2	4
J11 + J45	1	5
J11 + R53	7	16
J11.1	17	33
J11.1 + H60.9	1	2
J11.1 + J03.9	4	14
J11.2	1	3
J11.8	32	53

J11.8 + J03.9	1	3
J11.9	1	2
J12	1	1
J15.9	1	11
J17	1	5
J17.2	1	1
J18	5	13
J18.9	1	3
J20	22	88
J20 + J01	1	5
J20 + J40	2	14
J20 + J45	2	6
J20.3 + J21.9	1	2
J20.9	13	122
J20.9 + J03.9	1	3
J20.9 + J04.0	1	4
J21.9	2	5
J21.9 + J02.9	2	5
J21.9 + J04.0	1	3
J22.2	2	10
J23 + B35	1	1
J23.8	1	1
J30	5	5
J30 + J01 + L50	1	40
J30 + R06 + L23 + Y43.9	1	1
J30.1	1	1
J30.3	2	2
J30.3 + J49.3	1	2
J30.4	1	1
J30.4 + J45.9	1	2
J31	4	7
J31 + L50.9	1	3
J31.2	2	2
J32.9	3	5
J34.2	3	61
J35	2	2
J37	4	19
J38	1	30
J38 + J04	2	62
J38.2	6	285
J39 + J06.5	1	3
J40	4	34
J40 + J20	2	14
J40.9	1	1
J44	1	7
J44.9	1	1
J45	14	60
J45 + J00	1	1
J45 + J30 + L50	1	5
J45 + J47 + I10	1	3
J45.9	8	46
J45.9 + J00	1	3
J45.9 + J30	2	70
J47	15	128
J50	1	1
J56.0	1	1
J60.1	2	2
J69	1	3

J81	1	1
J83.9	1	30
J95.9	1	2
K01	2	2
K01.5	1	1
K02	7	7
K02.1	1	1
K02.1 + K05.1	1	1
K02.8	1	1
K02.9	8	8
K03	3	3
K03.9	1	1
K04	25	31
K04.1	6	7
K04.2	4	4
K04.4	2	2
K04.6	5	9
K04.7	14	23
K04.8	1	2
K04.9	1	2
K05	2	2
K05.0 + K11.7	1	1
K05.1	4	4
K05.2	2	3
K05.5	1	1
K06	3	8
K06.2	1	1
K07	4	11
K07.29	2	2
K07.3	1	5
K07.6	1	1
K08	3	7
K08.1	32	56
K08.1 + S02.4	1	30
K08.1 + Z01.2	1	1
K08.2	1	7
K08.3	8	18
K08.5	1	1
K08.8	3	4
K08.9	1	3
K09	3	3
K10	1	14
K10.9	1	1
K11	1	1
K12	1	2
K13	1	1
K20	1	1
K20 + K29.7	1	3
K20 + Z54.0	2	60
K21	2	16
K21 + J30.4	1	1
K23.7	2	3
K24.1	2	2
K25	1	1
K25.7	1	1
K27	3	3
K27.9	2	2
K29	23	29

K29 + A09	1	2
K29 + R51	1	1
K29.1	14	16
K29.2	2	2
K29.5	2	2
K29.7	34	61
K29.7 + K88	1	2
K29.7 + R10.0	1	1
K29.7 + R10.3	1	2
K29.9	2	2
K29.9 + N39	1	1
K30	28	30
K36	8	8
K40.9	2	30
K43	2	61
K43 + K80 + I10	1	25
K49.0 + J35.0	1	1
K51	1	2
K52	6	18
K52.2	1	1
K52.9	6	10
K62.0 + I64.0	1	1
K70	1	1
K71.4	1	3
K74.6	3	145
K74.6 + K76.6	1	30
K75	1	2
K80	9	60
K80 + K43	1	25
K80.2	3	33
K81	1	15
K91.2	1	52
L00	1	3
L01	3	7
L02	11	30
L02.2	2	3
L02.3	1	2
L02.9	1	3
L03	1	3
L06.9	1	2
L12	1	3
L21.9	1	1
L23.9	2	4
L25	1	1
L29	3	4
L30	1	1
L30.1	1	3
L36	1	1
L40	5	74
L40.4	1	10
L40.5	1	20
L43	1	1
L50	6	22
L50.9	3	3
L57	2	2
L70.1	1	5
L70.9 + L02.9	1	3
L73.2	1	10

L80	1	1
L81	1	1
L85.9	2	2
L93	1	3
L98.0	1	1
LARINGITE	2	4
LOMBOLGIA	5	14
M00.8	1	2
M05	6	44
M05.3	1	1
M05.8	2	2
M05.9	1	1
M06	4	6
M06 + M13	1	5
M06.9	2	4
M10	5	11
M10 + M13	5	47
M10.9	2	6
M11	3	6
M11.2 + M14.2	1	7
M11.9	1	1
M13	15	44
M13 + J02	1	1
M13 + M15	1	3
M13 + S10	1	1
M13.3	1	2
M13.9	5	15
M15	10	151
M15 + M25	1	10
M15.1	2	94
M15.4 + M65	3	66
M15.5	2	32
M15.9	5	24
M15.9 + M23	1	3
M15.9 + M25 + T07	1	10
M15.9 + M51.9 + M65.9	1	12
M15.9 + M54.4 + F32	1	62
M15.9 + R52.2	1	10
M16	1	10
M17	10	79
M17 + M15	1	10
M17.9	1	1
M19	2	2
M19.0 + M54.2	3	21
M19.2	2	2
M19.5	1	1
M19.9	4	7
M21	1	30
M21.8	1	1
M22	1	1
M22.4	1	62
M22.4 + M65	2	33
M23	18	219
M23 + M17	1	25
M23 + M77	1	3
M23.2 + M15.4 + M65	1	30
M23.5	1	2
M25	11	30

M25 + M13	1	1
M25 + R52	1	10
M25.3 + M25.5	1	1
M25.5	28	51
M25.5 + M15.9	2	20
M25.5 + M54.1	1	1
M25.5 + R07.4	1	1
M25.8	1	1
M25.9	2	3
M27.7	1	1
M32	9	302
M32 + M13	1	3
M35	7	11
M39	1	1
M45	1	1
M47.2	1	60
M47.2 + M50.8	1	15
M47.2 + M51.1	2	96
M50.1	2	3
M50.1 + M51.1	1	60
M50.2	1	3
M50.5	1	1
M50.8	1	15
M50.8 + M47.2	1	20
M50.8 + M51.1	1	15
M51	11	230
M51.0 + G56.0	2	184
M51.0 + M15.0	1	1
M51.0 + M54.4	1	7
M51.0 + M54.5	1	2
M51.1	19	539
M51.1 + M50.8	1	15
M51.1 + M54.2	2	18
M51.1 + M54.2 + M15.2	1	30
M51.1 + M54.3 + F32	1	60
M51.1 + M54.3 + M19 + F32	1	60
M51.1 + M54.5	1	7
M51.1 + M75.1	1	10
M51.2	5	31
M51.3	2	123
M51.5	1	1
M51.9	1	3
M51.9 + M65.9	1	2
M53	3	5
M53.1	1	1
M54	48	224
M54 + M13	1	1
M54 + M13.9	2	6
M54 + M48	1	1
M54 + R51	1	1
M54.1	11	115
M54.1 + M54.4	1	30
M54.1 + M54.4 + M51.1	1	73
M54.1 + M54.5	1	92
M54.1 + M75.1	1	3
M54.2	31	116
M54.2 + M15.0	1	12
M54.2 + M47.2	2	60

M54.2 + M54	2	16
M54.2 + M54 + M47.2	1	15
M54.2 + M54.4	1	8
M54.2 + M54.9	2	5
M54.2 + M75	1	15
M54.2 + M75.1	2	16
M54.3	1	1
M54.4	32	106
M54.4 + M51.3	1	85
M54.4 + R50.9	1	10
M54.5	63	276
M54.5 + I10	1	1
M54.5 + M48	1	1
M54.5 + M54.1	1	3
M54.5 + M54.9	1	3
M54.6	2	3
M54.6 + S33.6	1	1
M54.8	1	2
M54.9	11	17
M54.9 + M71.9	1	12
M54.9 + M91.9	2	72
M54.9 + R52	1	2
M58.5	1	30
M59.9	1	1
M61.5	1	1
M62	1	30
M62 + M54.2	1	10
M63	1	2
M63.9	1	1
M65	9	56
M65 + M25	1	15
M65 + M75	1	2
M65 + S83	1	16
M65.0	1	5
M65.3	2	4
M65.4 + G56.0	4	4
M65.5	1	1
M65.8	13	81
M65.8 + M15.9	1	4
M65.9	13	43
M67	6	122
M67.3	1	15
M70.5	2	6
M70.8 + M65.8	1	60
M71	2	2
M71.9	1	1
M75	3	35
M75 + G56	1	10
M75 + M15	1	78
M75 + M54.2	1	1
M75.1	15	343
M75.1 + G56.0 + M65	1	52
M75.1 + M50.8	1	30
M75.2	6	344
M75.2 + M75.5	1	15
M75.5	4	15
M75.5 + S14.9	1	1
M75.5 + T14.9	1	1

M77	3	3
M77.1 + N71.0 + N39	1	3
M77.3	2	7
M77.5	1	10
M77.9	3	6
M79.0	2	31
M79.1	1	1
M79.1 + M25.5	1	15
M79.6	3	3
M81	1	1
M81.9 + M47	1	3
M90.1	1	5
M94.9 + M13.9	1	15
M95	1	1
MAMOGRAFIA	1	1
METRORRAGIA	2	2
N02	1	1
N03	1	1
N05	1	1
N09	1	1
N11.0	1	1
N13.3	1	1
N14.5	1	1
N20	23	64
N20 + N23	1	5
N20 + Z54.0	4	71
N20.1	6	39
N20.9 + N39.0	1	10
N23	10	34
N25	1	1
N29	4	5
N30	7	15
N30 + R53	1	3
N30.6	1	1
N30.9	1	1
N32	1	2
N34.9	2	4
N39	27	50
N39 + J10	1	3
N39.5	1	1
N39.8	1	1
N39.9	3	5
N40	5	6
N47	1	1
N54.4	1	2
N54.5	1	1
N54.6	1	3
N54.9	1	1
N60	3	6
N60.9	1	1
N61	1	1
N63	8	43
N64	11	36
N64 + M25.5	1	3
N64 + R07.4	1	1
N70	1	1
N71	11	14
N72	2	2

N73	2	2
N73.5	3	4
N73.9	8	26
N74.8	5	5
N75	1	2
N76	4	4
N76.1	2	2
N76.4	1	1
N76.8	2	2
N77	2	2
N80.0	1	2
N81	2	2
N81.2 + Z54.0	1	30
N81.8	1	1
N82	1	15
N83.2	1	1
N84	2	18
N89	2	2
N92	16	23
N92 + Z54.0	1	30
N92.1	6	10
N92.1 + R69	1	3
N92.2	1	3
N92.4	1	3
N92.5	1	1
N92.6	10	19
N93	1	15
N93.9	1	2
N94	1	1
N94.3	1	1
N94.6	2	2
N95	17	19
N95 + N60	1	2
N95.1	2	4
N95.5	1	1
N95.8	1	2
NÃO EXIGÍVEL	1	2
NÃO IDENTIFICADO	36	49
NÃO INFORMADO	1056	1960
O02.0	2	6
O02.1	1	5
O02.3	1	15
O03	1	5
O03.4	1	7
O06	1	15
O20	8	115
O21.9	1	1
O26.8	3	120
O26.9 + O23.9 + O47.0	1	30
O36.5	1	1
O39	1	1
O60.0	1	63
O62.9	1	15
OCULAR	1	1
ODONTOLÓGICO	16	23
OFTALMOLÓGIA	3	3
OPERAÇÃO ABDOMINAL	1	30
OPERADO HÉRNIA	1	30

OTOMICOSE	1	3
OTORRINO	1	1
Pós cirurgia	1	1
POS HISTERACTOMIA ABDM.	1	30
PÓS HISTERECTOMIA	1	5
PÓS Histerectomia total abdominal	1	30
PRÉ NATAL	1	1
PRESSÃO OCULAR	1	1
PROC. MÉDICO	1	3
PROC. ODONTOLÓGICO	3	8
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	3	49
PSICOLÓGICO	1	1
Q61	1	3
R00.2	1	10
R03	1	5
R04.1	1	1
R05	6	9
R05 + L50	1	3
R06	3	4
R07.0	8	10
R07.2	1	3
R07.2 + R51	1	1
R07.4	4	4
R09	5	6
R10	38	78
R10 + A09 + R4	1	1
R10 + N92.0	1	3
R10 + R11	1	1
R10 + R53	1	1
R10.1	4	4
R10.2	5	7
R10.2 + A09	1	1
R10.3	3	4
R10.4	11	13
R10.9	4	4
R11	8	11
R11 + A09	2	3
R11 + G43	1	1
R11 + R10	1	1
R11 + R30	1	1
R15.9	1	1
R20	2	14
R20.2	1	1
R26.1	1	1
R29.1	1	1
R29.7	1	1
R30.0	4	4
R31	1	1
R32	1	10
R41.4	1	2
R42	9	11
R42 + H81.1	1	7
R45.0	1	1
R49	18	68
R49 + I10	1	1
R49 + J04	1	17
R50	3	3
R50 + J03.9	1	3

R50.0 + R07.0 + R05	1	3
R50.9	11	19
R50.9 + R05 + R07.4 + R06.0	1	3
R51	46	62
R51 + I10	1	1
R51 + J11.1	1	2
R51 + K29.7	3	3
R51 + M54.4	1	1
R51 + R11	4	8
R51 + R42	1	2
R52	6	6
R52 + G56	1	15
R52.2 + M75.1 + M65.8	1	8
R53	43	65
R53 + GASTRITE	1	1
R53 + I10	1	1
R53 + I10 + I12	1	7
R53 + I11	1	2
R53 + J11	1	2
R53 + J11.8	1	2
R53 + R10	1	1
R53 + R51	2	2
R53 + R51 + K27.9	1	1
R53.1	1	3
R54	3	3
R55	4	33
R57	1	1
R60	2	2
R60.9	2	2
R63	1	1
R65	2	3
R67	1	1
R68	2	2
R69	97	275
R71	1	2
R80	1	2
R82 + J82	1	1
RINOSSINUSITE AGUDA	1	1
S00	8	9
S00 + S20	1	1
S00.9	1	15
S01.0	2	14
S01.5	1	2
S01.7	1	1
S02	2	2
S02.2	3	91
S02.2 + S02.4 + Z54.0	1	49
S03	1	1
S06	1	1
S06.9	3	6
S09	1	1
S10.0	1	1
S11	4	8
S19.8	1	1
S22.1	1	30
S22.3	1	30
S32.0	1	3
S40.0	1	2

S42.2	1	93
S43	2	45
S43.4	1	1
S45.9	1	3
S50.0	1	3
S52	2	46
S52.1	1	30
S52.4	1	30
S52.5	6	190
S52.6	1	30
S60	2	5
S60.9	1	1
S61	2	16
S61.8	1	2
S66	1	32
S70	1	1
S72.1	1	1
S80	4	8
S80 + S81	2	2
S82.8 + Z54.4	1	60
S83	3	22
S83.2	1	60
S83.6	1	3
S90	4	10
S90.1	1	5
S90.2	1	5
S90.3	5	12
S90.8	2	2
S90.9	2	3
S91	1	1
S92	2	12
S92.3	1	62
S92.5	2	2
S93	1	1
S93.2	2	94
S93.4	9	52
S93.6	1	1
S95.4	1	1
S99.9	2	17
T07	1	15
T07 + M47	1	15
T11	2	6
T13.2	1	2
T14.9	1	1
T25.9	1	1
T38.4	1	1
T78.4	7	12
T81	2	3
T85	1	2
T88.7 + B37.3	1	1
Tonsilite Aguda Purulenta	1	2
TRAT. CIRURG. ODONTOL.	2	14
TRAT. ODONTOLÓGICO	30	31
TRAT. OFTALMOLÓGICO	12	14
TRATAMIENTO MÉDICO	6	6
TRAUMA PERNA ESQ.	1	2
TUBERCULOSE PULMONAR	1	60
VARICELA	2	12

VIDEOCOLONOSCOPIA	1	2
VIROSE	1	3
W19	1	7
Z00	12	15
Z00 + Z11	1	1
Z01	16	31
Z01.2	1	1
Z01.4	55	55
Z01.6	3	3
Z01.8	8	12
Z02	2	2
Z03	1	3
Z04	1	1
Z07.6	1	1
Z10	1	2
Z11	1	1
Z12.0	6	6
Z12.3	1	3
Z13	2	3
Z21.9	1	2
Z23.9	1	1
Z32.1	3	3
Z34	3	3
Z34 + N39	2	4
Z34 + R10.2	1	1
Z35	2	3
Z36	1	7
Z42.1 + C50	2	168
Z48.8	2	18
Z48.9	1	14
Z50.9	1	1
Z54	33	573
Z54 + K21.0	1	1
Z54.0 + C50	1	152
Z54.0 + C61	4	384
Z54.0 + D17.2	1	87
Z54.0 + G56.0	1	60
Z54.0 + H11.0	1	15
Z54.0 + H25.1	1	31
Z54.0 + H33	1	30
Z54.0 + I20	2	265
Z54.0 + I25.5	1	44
Z54.0 + I83.5	2	16
Z54.0 + K43	1	30
Z54.0 + M23	2	161
Z54.0 + M54.1	1	62
Z54.0 + M65	1	92
Z54.0 + M66.2	1	31
Z54.0 + M75.1	3	201
Z54.0 + S93.2	2	152
Z54.4 + S82	2	97
Z60.0	1	30
Z62.4	1	15
Z63.7	1	5
Z69	1	2
Z73	3	3
Z73.6	1	1
Z74	2	23

Z75	2	4
Z76	8	16
Z76.1	4	6
Z76.3	27	72
Z84.2	1	1
Z98.8 + S52.5	1	15

FONTE: Realizado com base nos arquivos do NAST/DRH/SEMEC 2012.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra, s/n – Telégrafo
66113-200 Belém-PA
www.uepa.br